MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Administração Regional do Distrito Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

SENAR

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Dispõe sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2015apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 063/2010 da DN TCU 146/2015.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

ABC Cerrado – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono Cerrado

APP – Área de Preservação Permanente

BAR – Bônus de Arrecadação às Regionais

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CGU – Controladoria Geral da União

CLVL – Com Licença Vou a Luta

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DN – Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

EaD – Educação à Distância

EMPBARA – Empresa Brasileira de Pesquisa da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FAPE/DF – Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal

FETADFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIP – Programa de Investimento em Florestas

FPR – Formação Profissional Rural

IBRAM – Instituto Brasileiro Ambiental

IN – Instrução Normativa

IDS – Índice de Desenvolvimento Sindical

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MD – Ministério da Defesa

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio Exterior

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTUR – Ministério do Turismo

NCR – Negócio Certo Rural

PAT – Plano Anual de Trabalho

PE – Programas Especiais

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PS – Promoção Social

RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

RL – Reserva Legal

SEAGRI/DF – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

SDH – Ministério dos Direitos Humanos

SEBRAE/DF – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal

SENAR AC – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Central

SENAR AR/DF – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional do Distrito Federal

SECULT – Ministério de Cultura

SINIMA – Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente

TCU – Tribunal de Contas da União

UPC – Unidade Prestadora de Contas

UPIS – União Pioneira de Integração Social

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Título	Página
Figura 1 – Organograma	04
Quadro 3.4.1 – Competências das Áreas Estratégicas	05
Quadro 3.5.1 – Macroprocessos Finalísticos	08
Figura 2 – Planejamento do Plano Anual de Trabalho – PAT	14
Tabela 1 – Metas para o Exercício de 2015	16
Tabela 2 – Comparativo Planejado x Realizado das Ações de FPR	18
Tabela 3 – Comparativo Planejado x Realizado das Atividades de PS	19
Tabela 4 – Comparativo Planeja x Realizado do Programa Pronatec	20
Tabela 5 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa NCR	23
Tabela 6 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa Inclusão Digital Rural	24
Tabela 7 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa CLVL	25
Tabela 8 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa Sindicato Forte	26
Tabela 9 – Comparativo Planejado x Realizado da Metodologia da FPR e da PS	27
Tabela 10 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa Rede e-Tec Brasil	31
Tabela 11 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa CAR	33
Tabela 12 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa ABC Cerrado	35
Tabela 13 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa Proteção das Nascentes	36
Tabela 14 – Comparativo Planejado x Realizado do Programa Jovem Aprendiz	37
Quadro 4.1.3.1 – Planos x Competências Institucionais	39
Quadro 4.3.1.1 – Execução Física e Financeira das Ações	49
Quadro 4.3.3.1 – Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos últimos três exercícios	51
Quadro 4.3.3.2 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UPC na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	52
Quadro 4.3.3.3 – Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão	53
Quadro 4.3.4.1 – Demonstração da Receita – Administração Central	54
Quadro 4.3.5.1 – Despesas por Modalidade de Contratação	55
Quadro 4.3.5.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	56
Quadro 4.3.5.3 – Comparativo do Programado e Realizado 2015 Atividade Fim	57
Quadro 4.3.5.4 – Comparativo do Desempenho 2014-2015 Atividade Fim	58
Gráfico 1 – Comparativo do Programado x Realizado das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	59
Gráfico 2 – Comparativo do Programado x Realizado das Atividades de PS nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	60
Gráfico 3 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	61
Gráfico 4 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes das Atividades de PS nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	61
Gráfico 5 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	62
Gráfico 6 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	63
Tabela 15 – Comparativo do Número de Eventos Realizados por Empregados nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	64
Tabela 16 – Comparativo do Custo por Evento e por Participante das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015	64

Tabela 17 – Comparativo do Custo por Evento e por Participante das Atividades de PS nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015..... 65
Tabela 18 – Comparativo do Número de Participantes por Turma das Ações de FPR nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015..... 66
Tabela 19 – Comparativo do Número de Participantes por Turma das Atividades de PS nos Exercícios de 2013, 2014 e 2015..... 66
Quadro 5.2.1 – Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo..... 71
Quadro 5.2.2 – Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal..... 72
Tabela 7.4.1 – Demonstrativo das Despesas..... 77
Tabela 7.4.2 – Demonstrativo das Receitas..... 80
Tabela 7.4.3 – Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de dezembro 2014 e 2015..... 82
Tabela 7.4.4 – Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015..... 83
Tabela 7.4.5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL..... 84
Tabela 7.4.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Lei nº. 11.638 de 28/12/2007..... 85
Tabela 7.4.7 – Demonstrativo de Despesas..... 86
Tabela 7.4.8 – Demonstrativo de Receitas..... 89
Quadro 8.1.1.1 – Força de Trabalho..... 96
Quadro 8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva..... 96
Quadro 8.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Funções Gratificadas..... 96
Quadro 8.1.2.1 – Custos Associados à Mutação dos Recursos Humanos..... 97
Quadro 8.3.1.1 – Relação de Sistemas..... 98
Quadro 9.1.1 – Deliberações do TCU que Permanecem Pendente de Cumprimento..... 99
Quadro 9.2.1 – Recomendações da CGU que Permanecem Pendentes de Cumprimento... 100

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Título	Página
Resolução Nº. 002/2015 PCA	102
Ata Reunião do Conselho Fiscal de 11/04/2016	103
Parecer do Conselho Fiscal	105
Ata Reunião do Conselho Administrativo de 12/04/2016	106
Parecer do Conselho Administrativo	109

SUMÁRIO

2. Apresentação..... 1
3. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas..... 3
3.1. Finalidade e Competências..... 3
3.2. Demais normas relacionadas à gestão e a estrutura da unidade..... 3
3.3. Ambiente de atuação 3
3.4. Organograma..... 4
3.5. Macroprocessos Finalísticos..... 8
4. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional..... 13
4.1. Planejamento Organizacional..... 13
4.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico..... 38
4.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos..... 39
4.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos 47
4.5. Desempenho Orçamentário..... 47
4.6. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade..... 49
4.7. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário..... 50
4.8. Execução Descentralizada com Transferências de Recursos..... 51
4.9. Informações Sobre a Realização das Receitas..... 54
4.10. Informações Sobre a Realização das Despesas..... 55
4.11. Desempenho Operacional..... 57
4.12. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho..... 59
5. Governança..... 68
5.1. Descrição das Estruturas de Governança..... 68
5.2. Informações Sobre os Dirigentes e Colegiados..... 71
5.3. Atividades de Correição e Ilícitos Administrativos..... 72
5.4. Gestão de Riscos e Controles Internos..... 72
5.5. Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada..... 72
6. Relacionamento com a Sociedade..... 73
6.1. Canais de Acesso do Cidadão..... 73
6.2. Carta de Serviços ao Cidadão..... 73
6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários..... 73
6.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade..... 73
7. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis..... 75
7.1. Desempenho Financeiro do Exercício..... 75
7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos..... 76
7.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade..... 76
7.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas..... 77
7.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis..... 91
8. Áreas Especiais da Gestão..... 96
8.1. Gestão de Pessoas..... 96
8.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura..... 98
8.3. Gestão da Tecnologia da Informação..... 98
8.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade..... 98

9. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle..... 99
9.1. Tratamento de Determinação e Recomendações do TCU..... 99
9.2. Tratamentos de Recomendações do Órgão de Controle Interno..... 100
9.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993..... 100
10. Anexos e Apêndices..... 101

2. APRESENTAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional do Distrito Federal – SENAR AR/DF é uma instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF e dirigida por um Conselho Administrativo.

Foi criada com o objetivo de organizar, executar e administrar o ensino da Formação Profissional Rural – FPR e da Promoção Social – PS para profissionais e trabalhadores da atividade rural, no âmbito do Distrito Federal.

O SENAR foi criado pela Lei nº. 8.315 de 23 de dezembro de 1991 e Decreto nº. 566 de 10 de junho de 1992, como uma entidade paraestatal, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios.

As contribuições devidas pelos Produtores Rurais Pessoas Física e Jurídica e Empresas adquirentes de produção rural a outras entidades ou terceiros, integram a arrecadação do SENAR, cujos recolhimentos são fiscalizados atualmente pela Receita Federal do Brasil – RFB, sujeitando-se aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios das contribuições sociais para custeio da previdência social. Por gerir recursos provenientes de contribuições parafiscais, e em atenção ao disposto no parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal, possui o dever de prestar contas e submete-las à auditoria da Controladoria Geral da União – CGU e à apreciação do Tribunal de Contas da União – TCU. Assim sendo, o presente Relatório tem por finalidade apresentar as ações e resultados da Gestão de 2015 do SENAR AR/DF, bem como prestação de contas e balanço orçamentário anual.

O conteúdo está estruturado em observância aos termos, requisitos e orientações contidas na Instrução Normativa nº. 63/2010, nas Decisões Normativas nº. 146/2015 e nº. 147/2015 e na Portaria nº. 321/2015 do TCU.

Organizado de forma sistematizada, o presente Relatório de Gestão – RG, apresenta inicialmente a visão geral da Unidade Prestadora de Contas - UPC, finalidades e competências bem como o organograma funcional.

O SENAR AR/DF tem buscado evidenciar as informações do RG, no intuito de melhor auxiliar os trabalhos de análise externa, incluindo, além dos números, informações sobre as despesas, informações fundamentais para conhecer a Instituição, seus objetivos e estratégias.

Compete, ainda, a esta UPC disponibilizar ferramentas de forma simples e em linguagem acessível para que, além dos técnicos, também a sociedade que tiver acesso ao documento, por meio do site institucional do SENAR AR/DF, possa compreender, visualizar como é aplicado o recurso por meio da gestão da instituição, com a finalidade de auxiliar no controle social a ela inerente.

Na análise dos resultados obtidos no exercício de 2015, podemos avaliar que as medidas adotadas pelos Gestores apresentaram efeitos desejados e multiplicadores, necessários à manutenção, desenvolvimento e ampliação do SENAR AR/DF.

As estratégias organizacionais do SENAR AR/DF são definidas pelo Plano Anual de Trabalho – PAT, principal ferramenta de gestão da instituição e que está diretamente associada às ações finalísticas da Formação Profissional Rural – FPR e das Atividades de Promoção Social – PS. O PAT é elaborado anualmente com o objetivo de alinhar as ações do SENAR AR/DF e mantê-las em sintonia com as necessidades e expectativas dos clientes, parceiros, colaboradores e sociedade.

Além das metas e objetivos planejados pela instituição, com o intuito de oferecer ao produtor e trabalhador rural a oportunidade de aprendizagem das técnicas de produção, aliadas à gestão dos recursos disponíveis na propriedade rural, e ainda tendo como foco a assistência técnica, o SENAR AR/DF fez adesão a novos programas que são capazes de satisfazer a demanda, a contento, tais como: Com Licença Vou à Luta - CLVL, Técnico em Agronegócio da Rede e-Tec Brasil, Projeto Agricultura de Baixo Carbono Cerrado – ABC Cerrado, Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Programa de Proteção das Nascentes.

Uma das principais dificuldades encontradas pela instituição está relacionada com a capacidade operacional, que limita o atendimento das demandas de novos programas; esta afirmativa se comprova com as crescentes demandas verificadas no período de execução.

3 . VISAO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Finalidade e Competências

Lei nº 8.315/91, Decreto nº 566/92 e Regimento Interno da Entidade

Norma de Criação:

- Lei nº 8.315/91, publicada no DOU no dia 24/12/1991.
- Decreto nº 566/92, publicado no DOU no dia 11/06/1992.

3.2. Demais Normas Relacionadas à Gestão e a Estrutura da Unidade:

Regimento Interno:

As competências do SENAR estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Administrativo, em 05 de março de 2004, com a última alteração em 09 de fevereiro de 2012, registrada sob o Nº 105749 – Cartório de 1º Ofício – Brasília-DF – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

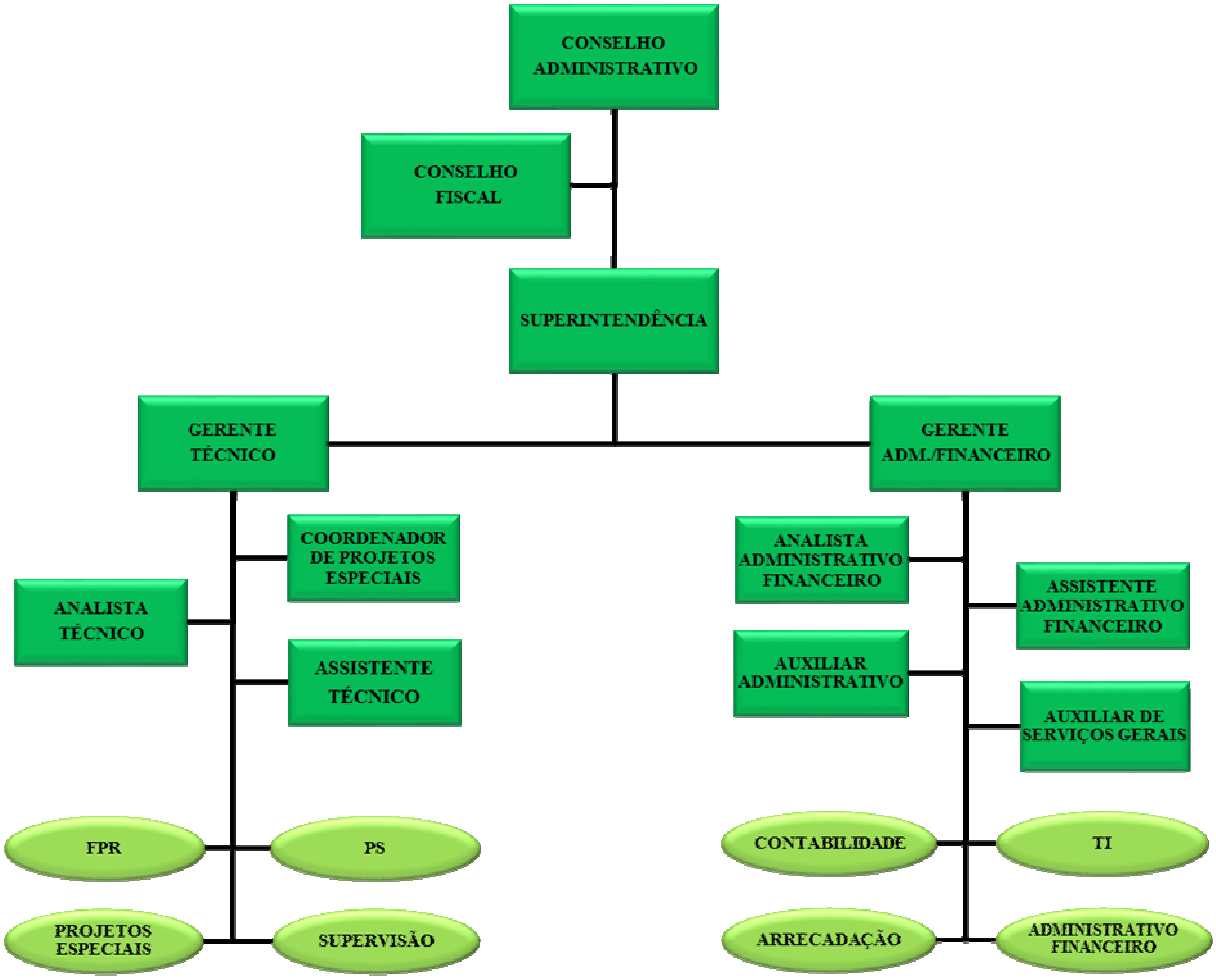
- Organizar, administrar e executar, em todo o Distrito Federal, o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal;
- Assistir as entidades empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à Formação Profissional Rural e Promoção Social do trabalhador rural;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de Formação Profissional Rural e Promoção Social;
- Assessorar o Governo Federal em assuntos relacionados com a Formação de Profissionais Rurais e atividades assemelhadas.

3.3. Ambiente de Atuação

Compreende todo o universo dos produtores rurais, sejam eles: pessoas físicas ou jurídicas. A capilaridade do SENAR permite a atuação em todo território do Distrito Federal.

3.4. Organograma

Figura 1 - Organograma



Quadro 3.4.1 – Competências das Áreas Estratégicas

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO/ EXONERAÇÃO
Conselho Administrativo	Ao Conselho Administrativo compete a função de cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo e de superior deliberação e normatização, para consecução dos objetivos do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal, notadamente no que se refere ao planejamento, estabelecimento das diretrizes, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades.	Renato Simplício Lopes	Presidente do Conselho Administrativo	Nomeação 29/05/2013
Conselho Fiscal	Ao Conselho Fiscal compete: a) Acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária, observando o contido no Relatório de Atividades e pareceres da Auditoria Independente; b) examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamento anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras; c) Determinar, ao superintendente, a contratação de perícias e auditorias, às expensas da Superintendência, dando ciência ao Conselho Administrativo, sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções; d) Elaborar o seu Regimento Interno e submetê-lo à homologação do Conselho Administrativo.	Kelvin Feliciano Feitosa Rodrigues	Presidente do Conselho Fiscal	Nomeação do Conselheiro 24/09/2013 Eleito dentre os membros do Conselho para Presidente 31/03/2015
Superintendência	Ao Superintendente compete: a) Organizar, administrar e executar, no âmbito do Distrito Federal, o ensino da formação profissional rural e a promoção social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal; b) Assessorar empresas ou pessoas físicas a elas assemelhadas, na elaboração e execução de programas de treinamento	José Fernando Chaves Ivo Jacó de Souza	Superintendente	Nomeação 17/11/2014 Exoneração 25/03/2015 Nomeação 06/04/2015

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO/ EXONERAÇÃO
	e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego; c) Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural; d) Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional rural e promoção social no Distrito Federal; e) Prestar assessoria a entidades governamentais e privadas relacionadas com a formação de profissionais rurais e atividades semelhantes; f) Articular com órgãos e entidades públicas ou privadas, estabelecendo instrumentos de cooperação; g) Encaminhar à Secretaria Executiva, relatório semestral de execução, com base no plano anual de trabalho; h) Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Administração Regional, praticando os atos pertinentes de sua gestão; i) Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho Administrativo, os cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias ou com servidor especialmente designado pelo Presidente do Conselho Administrativo; j) Designar um funcionário (Gerente Administrativo e Financeiro) especialmente para assinar, na ausência do Superintendente, em conjunto com o Presidente do Conselho, cheques para movimentação de contas bancárias específicas, com anuência do Presidente; k) Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor no SENAR - Administração Regional do Distrito Federal, oriundas do Conselho Administrativo ou do seu Presidente; l) Estabelecer para os gerentes das áreas internas do SENAR - Administração Regional do Distrito Federal, outras			

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO/ EXONERAÇÃO
	atribuições, observada a competência de cada área; m) Admitir os empregados aprovados em processo seletivo, promover, designar, licenciar, transferir, remover e dispensá-los, bem como elogiá-los e aplicar-lhes penalidades disciplinares de acordo com as normas do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal; n) Encaminhar ao Conselho Administrativo, por meio do Presidente, as propostas dos orçamentos anuais e plurianuais e balanço geral, demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal Regional e o relatório anual de atividades; o) Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo; p) Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho Administrativo os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência; q) Expedir instruções de serviço visando ao atendimento e cumprimento eficiente dos objetivos do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal e das normas editadas pelo Conselho Administrativo.			

3.5. Macroprocessos Finalísticos

3.5.1. Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Os trabalhos do SENAR AR/DF são norteados pelas premissas do SENAR Administração Central, levando-se em conta os aspectos regionais que são alimentados por informações de ordem política, social, cultural e econômica do meio rural do Distrito Federal, a partir das análises de informações que são captadas das necessidades dos diferentes grupos e são consideradas nas ações que desencadeiam os processos da Formação Profissional Rural - FPR e de Promoção Social - PS.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes
Formação Profissional Rural - FPR	É um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que possibilita, ao indivíduo, a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação.	As ações profissionalizantes desenvolvidas pelo SENAR preparam o produtor e o trabalhador rural para o mercado de trabalho. O objetivo é fazer com que o participante compreenda e saiba interagir com o processo de produção e a cadeia produtiva, a ser capaz de solucionar possíveis problemas de forma criativa e eficiente.	Produtores e Trabalhadores Rurais
Promoção Social - PS	É um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado.	Visa ao desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do trabalhador, produtor rural e suas famílias, numa perspectiva de maior qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade.	Produtores, Trabalhadores Rurais e Suas Famílias
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	Criado por iniciativa do Ministério da Educação para oferecer cursos Técnicos e FIC para públicos em vulnerabilidade social	O principal objetivo é de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica e cursos de Formação Inicial Continuada; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica	Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, Trabalhadores Rurais, Público em Vulnerabilidade Social e Público Prioritários dos Programas do Governo Federal que se Associem à Bolsa-Formação

Negócio Certo Rural - NCR	Programa em parceria com o SEBRAE/DF, o SENAR AR/DF operacionaliza as turmas em diferentes regiões do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE	São aplicadas ferramentas de planejamento e gestão obedecendo aos seguintes aspectos: diagnóstico da propriedade, identificando potencialidades e deficiências, principais atividades produtivas da região do participante, identificação de novas ideias de negócio a partir da realidade e potencialidades da região do participante, busca de informações para avaliar as ideias; capital necessário para viabilizar o negócio, identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças do negócio escolhido; verificação de uma nova ideia de negócio; planejamento e melhoria das atividades atuais ou novas ideias de negócio; planejamento, organização, controle e avaliação dos resultados do Negócio Certo Rural; estudo de mercado; estratégias de comercialização de produtos, visualizando novas oportunidades de mercado; melhores formas de diminuir riscos e atuar junto aos outros produtores com interesses semelhantes: associativismo e cooperativismo; construção de um plano de negócio da atividade escolhida.	Produtores e Trabalhadores Rurais
Inclusão Digital Rural	Com a finalidade de melhorar o nível de informação do produtor rural, por meio da utilização da tecnologia adequada da informação, uso de computador e internet.	O programa possibilitará aos produtores oportunidade de conhecer novas tecnologias, beneficiar informações que agreguem conhecimento moderno, oferecer ferramentas de gestão para as propriedades rurais, proporcionar, em todo território nacional, a Inclusão Digital Rural, promover uma nova identidade do produtor como empreendedor rural e integrar o homem do campo ao fantástico mundo da informática, por meio de acesso ao site Canal do Produtor - www.canaldoprodutor.com.br	Produtores, Trabalhadores Rurais e suas Famílias
Com Licença, Vou à Luta - CLVL	O Programa Com Licença, Vou à Luta é um programa desenvolvido pelo Sistema CNA que tem como propósito desenvolver o empreendedorismo das mulheres na gestão dos negócios.	Com noções de gestão e com conteúdos específicos de desenvolvimento humano, o Programa ajuda as mulheres a melhorar a administração da propriedade, seja como chefe de família ou auxiliando o marido e transformando a participação feminina em fator decisivo para o sucesso da empresa rural.	Mulheres que atuam na atividade rural
Sindicato Forte	O programa apoia o fortalecimento dos Sindicatos Rurais ligados ao Sistema FAPE/ SENAR-DF	O Programa Sindicato Forte tem como objetivo a capacitação de seus Diretores e Colaboradores, contemplando ações de sensibilização, planejamento, acompanhamento e execução de atividades propostas no Planejamento Estratégico oportunizando o desenvolvimento dos Sindicatos e oferecer aos trabalhadores e produtores rurais os mais diversos treinamentos de Formação Profissional Rural e Promoção Social.	Sindicatos ligados à FAPE/DF

Participação em Feiras	Visa ampliar as ofertas de cursos e projetos	A participação em feiras possibilita maior divulgação da instituição. A participação é feita através de Oficinas, Palestras, Minicursos, Consultorias e Orientações sobre a Arrecadação do SENAR	Público em Geral
Metodologia da FPR e PS para Instrutores	Aplicar a metodologia da Formação Profissional Rural e Promoção Social, mediante elaboração, execução do plano instrucional e sua avaliação.	Adequar os novos instrutores à metodologia do SENAR	Instrutores, Supervisores e Equipe Técnica

Técnico em Agronegócio da Rede e-Tec Brasil	O Programa tem por objetivo formar profissionais habilitados na aplicação dos procedimentos de gestão do agronegócio, visando os diferentes segmentos e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.	Durante o curso, serão criadas condições para que os alunos desenvolvam as seguintes competências: a) Reconhecer a realidade do meio rural e as peculiaridades das atividades produtivas do agronegócio brasileiro; b) Identificar as principais potencialidades, limitações e desafios futuros do agronegócio e das principais cadeias produtivas da agropecuária brasileira; c) Analisar problemas em sistemas e processos de gestão e de produção agropecuária; d) Reconhecer os processos e sistemas agroindustriais e de melhoria da qualidade de produtos e serviços agropecuários; e) Aplicar técnicas de empreendedorismo com capacidade crítica, criativa e inovadora; f) Empregar técnicas de organização e distribuição eficiente do trabalho e dos recursos produtivos, visando à racionalização de processos, economia de custos e a maximização dos resultados; g) Planejar a gestão eficaz dos custos de produção; h) Identificar alternativas de investimento em projetos para orientar tomadas de decisões; i) Monitorar e avaliar pontos de controle de resultados; j) Identificar oportunidades e acompanhar planos e estratégias de marketing, visando à ampliação de mercados e/ou desenvolvimento de novos produtos e serviços; k) Identificar deficiências de conhecimento da equipe para solicitar capacitações e treinamentos; l) Aplicar técnicas de comercialização para melhorias de processos; m) Respeitar as normativas legais ambientais, saúde e de trabalho, bem como valores estéticos e éticos; n) Aplicar técnicas de gestão e de desenvolvimento de negócios rurais responsáveis e sustentáveis; o) Identificar as necessidades de melhorias no serviço de assistência técnica e extensão rural para negócios e estabelecimentos rurais; p) Reconhecer e aplicar os princípios que norteiam o associativismo, o cooperativismo e o sistema sindical, preconizados pelos Sistemas Nacionais de Aprendizagem; q) Operar sistemas de informações gerenciais de recursos humanos, físicos e materiais, utilizando ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.	Egressos do ensino médio

Cadastro Ambienta Rural - CAR	O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.	Criado pela Lei 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. É um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações de georreferenciamento do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.	Proprietários de imóveis rurais
Agricultura de Baixo Carbono Cerrado – ABC Cerrado	O Projeto ABC Cerrado é resultado da parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, com recursos oriundos do Programa de Investimento em Florestas – FIP e administrados pelo Banco Mundial.	O objetivo do Projeto e disseminar práticas de agricultura de baixa emissão de carbono e sensibiliza o produtor para que ele invista na sua propriedade de forma a ter retorno econômico, aliado à preservação do meio ambiente.	Produtores Rurais
Programa Nacional de Proteção das Nascentes	A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, criaram e lançaram o Programa Nacional de Proteção das Nascentes com o tema "Em um dia, você pode proteger uma nascente para toda a vida".	O Programa inicialmente tem como meta proteger 1.000 nascentes em todo país, em 2015 e, assim, ajudar a garantir água de qualidade e suficiente para atender às necessidades do campo, da cidade e da rica biodiversidade brasileira.	Proteção das nascentes
Programa Jovem Aprendiz	Capacitar jovens para o ingreesso no mercado de trabalho, através de programação elaborada nos termos da Legislação vigente.	O Programa tem como objetivo, oportunizar a Formação Técnico Profissional ao menor aprendiz com idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, por meio de cursos de aprendizagem, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho.	Estudantes

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1. Planejamento Organizacional

Descrição sintética dos objetivos do exercício

O SENAR AR/DF realiza sua programação de acordo com as premissas contidas na Série Metodológica do SENAR, buscando sanar as necessidades identificadas no meio rural, bem como analisar se as demandas são de responsabilidade de outras instituições, que também atuam no meio rural. O planejamento apresenta, como fases, a caracterização do estado/região, caracterização dos municípios, que no caso do Distrito Federal se referenciam com as Regiões Administrativas, determinação da capacidade operativa e compatibilização dos diagnósticos (externo e interno) e elaboração do Plano Anual de Trabalho – PAT.

O PAT está ligado diretamente às Ações de Formação Profissional Rural – FPR e Atividades de Promoção Social – PS, é desenvolvido anualmente e conta com a participação de todo o quadro funcional da instituição, principalmente o Departamento Técnico que vivencia em seu dia a dia a realidade do campo.

A avaliação financeira é de fundamental importância para a elaboração do PAT, pois é levada em consideração a previsão de arrecadação anual.

O planejamento visa atender as reais necessidades das comunidades rurais e as potencialidades de cada Região Administrativa do Distrito Federal, o que inclui a garantia de acesso à saúde, o desenvolvimento humano, o apoio e incentivo à capacitação profissional, a gestão do conhecimento, a inclusão social e digital, a garantia do respeito à cidadania e a preservação do meio ambiente, e são amparados por novos programas e projetos. Contamos também com o envolvimento das lideranças rurais que contribuem para a seleção do público alvo.

Figura 2 – Planejamento do Plano Anual de Trabalho - PAT

Para o cumprimento de sua missão e a consecução dos objetivos institucionais, o SENAR AR/DF estabeleceu como objetivos específicos, para o exercício de 2015, as seguintes ações:

a) Executar as ações de Formação Profissional Rural – FPR e atividades de Promoção Social – PS, em parceria com instituições públicas e privadas de forma descentralizada;

b) Manter as relações vinculadas ao Programa Negócio Certo Rural, em parceria com o SEBRAE/DF, visando contribuir com a gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco o empreendedorismo;

c) Manter as pactuações entre Ministérios, Secretarias, Administrações Regionais e outros órgãos do Governo, para atender todo o Distrito Federal, por meio dos cursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC;

d) Vislumbrando intensificar ainda mais as ações da Instituição, e por consequência aumentando a oferta de oportunidades de estudos para as

pessoas do campo, o SENAR AR/DF aderiu ao programa da Rede e-Tec Brasil que é um programa do Ministério da Educação – MEC, e faz parte do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, cuja principal finalidade é promover de maneira democrática o acesso à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, beneficiando-se das possibilidades de alcance e estratégias metodológicas da Educação a Distância – EaD;

e) Fortalecer a relação com os Sindicatos filiados à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF, no que tange ao processo de mobilização das ações de Formação Profissional Rural – FPR, atividades de Promoção Social e Programas Especiais;

f) Adesão a novos programas tais como: Com Licença Vou à Luta - CLVL, Programa Nacional de Proteção das Nascentes, Agricultura de Baixo Carbono Cerrado – ABC Cerrado e Cadastro Ambiental Rural – CAR;

g) Priorizar o atendimento em áreas ocupacionais que tenham necessidade econômica, principalmente na geração de emprego, renda e gestão da propriedade;

h) Supervisionar e orientar as ações e atividades desenvolvidas pela Instituição e pelos parceiros, visando maximizar os resultados obtidos;

i) Orientar potenciais contribuintes sobre a forma correta de recolhimento das contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional do Distrito Federal - SENAR AR/DF, com o apoio dos parceiros, tais como entidades de classe, órgãos do governo e associações, nos aspectos formais e administrativos referentes à arrecadação. Para a realização destas ações, contamos com o apoio do projeto Bônus de Arrecadação às Administrações Regionais – BAR do SENAR Administração Central;

j) Formalizar parcerias com entidades, instituições e empresas que, de alguma forma, possam realizar um trabalho conjunto para o

desenvolvimento da Formação Profissional Rural, Promoção Social e Programas Especiais no meio rural.

Tabela 1 - Para o exercício de 2015 foram estabelecidas as seguintes metas:

	AÇÕES	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
FPR	327	3.924	11.128
PS	62	744	2.128
Pronatec	6	120	1.040
NCR	10	300	460
Inclusão Digital	6	72	96
CLVL	2	30	80
Sindicato Forte	1	10	
Metodologia da FPR e da PS para Instrutores	1	16	40
Rede e-Tec Brasil	2	40	496
CAR	4	60	64
ABC Cerrado	1	500	8
Programa Nacional de Proteção das Nascentes	1	100	296
Jovem Aprendiz	1	12	240

As metas estão distribuídas dentro das seguintes Linhas de Ação:

1. ***Formação Profissional Rural - FPR***
    - 1.1. Agricultura;
    - 1.2. Agroindústria;
    - 1.3. Aquicultura;
    - 1.4. Atividades de Apoio Agrossilvipastoril;
    - 1.5. Atividades Relativas à Prestação de Serviços.

1.6. Pecuária;

1.7. Silvicultura.

2. Promoção Social – PS

2.1. Alimentação e Nutrição;

2.2. Artesanato;

2.3. Educação;

2.4. Saúde.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

a) Formação Profissional Rural – FPR

A FPR é um processo educativo e democrático, que considera o mundo em permanente processo de mudança e está vinculada diretamente ao mundo do trabalho e ainda está associada à informação e à orientação profissional, centrada em ocupações reconhecidas no mercado de trabalho rural para definição das ofertas educativas a serem adequadas ao nível tecnológico dessas ocupações.

O grande desafio do SENAR AR/DF é de operacionalizar um sistema de informações gerenciais que possibilitará o acesso a informações corretas e oportunas para as tomadas de decisões. Diante disso, a Instituição vem implantando o sistema *Senar nas Nuvens* que tem previsão de ser concluído em 2016, e virá ao encontro das necessidades, bem como facilitará o monitoramento das ações.

A atuação da Unidade Prestadora de Contas no exercício de 2015 resultou em um saldo positivo relacionado frente aos objetivos delineados. Quanto ao contexto técnico, pertinente aos objetivos da Entidade, que é de Promover Ações de Formação Profissional Rural - FPR, constatou-se um desenvolvimento satisfatório no alcance das metas planejadas no Plano Anual de Trabalho – PAT, tendo superado em 5,50% o quantitativo de ações programadas de FPR para o exercício de 2015.

É válido salientar a abrangência cada vez mais ampla quanto ao número de parceiros, o que implicou diretamente no aumento do público atingido.

Tabela 2 - Comparativo Planejado x Realizado das Ações de FPR

FPR	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
AÇÕES	327	345	105,50%
PARTICIPANTES	3.924	4.547	115,88%
CARGA HORÁRIA	11.128	11.828	106,29%

b) Promoção Social – PS

A PS é um conjunto de atividades com enfoque educativo, que possibilita ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade rural.

No exercício, os eventos da Promoção Social realizados, tiveram como prioridade atividades que possam servir de complementaridade na geração de renda, mudanças comportamentais e sociais.

Quanto aos resultados alcançados, podemos sinalizar que foram satisfatórios, tendo como ressalva apenas a falta do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF dos alunos participantes dos eventos uma vez, que no sistema Senar nas Nuvens o campo de CPF é obrigatório para emissão do certificado. A meta planejada no Plano Anual de Trabalho – PAT, foi superada em 1,61% do quantitativo de atividades planejadas de PS para o exercício de 2015.

Tabela 3 - Comparativo Planejado x Realizado das Atividades de PS

PS	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
ATIVIDADES	62	63	101,61%
PARTICIPANTES	744	789	106,05%
CARGA HORÁRIA	2.128	2.216	104,14%

c) Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

Diante da missão do SENAR AR/DF em desenvolver ações de Formação Profissional Rural – FPR e Atividades de Promoção Social - PS, voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania, ações essas que vão ao encontro do proposto no Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, com novos desafios que são favoráveis aos trabalhos já realizados, trazendo oportunidades empreendedoras em que muitos participantes recuperam a sua autoestima, oferecendo seus serviços às comunidades, participando da geração de emprego e renda local.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita, onde o SENAR AR/DF atua como ofertante, e estão ligados aos seguintes Demandantes, estes parceiros do Programa:

a) Ministério do Turismo – MTUR;

b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS;

c) Secretaria de Cultura – SECULT;

d) Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

e) Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior – MDIC;

f) Secretaria de Direitos Humanos - SDH Pop Rua;

g) Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;

h) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

i) Ministério da Defesa – MD.

No exercício, foram pactuadas um total de 120 (cento e vinte) vagas, cujos demandantes são Ministério do Turismo – MTUR, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

A execução representa um total de 06 (seis) turmas, em diferentes ações, dentre elas: Artesão de Pintura em Tecidos, Artesão Bordado à Mão, Condutor de Turismo de Aventura, Piscicultor e Horticultor Orgânico.

Segue, abaixo, quadro com a identificação dos cursos realizados no quadrimestre, contemplando a carga horária, unidade remota (local de realização do curso) e número de concluintes:

Tabela 4 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Pronatec

PRONATEC	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
CURSOS	06	06	100,00%
PARTICIPANTES	120	110	91,67%
CARGA HORÁRIA	1.040	1.040	100,00%

d) Negócio Certo Rural – NCR

O Programa Negócio Certo Rural é uma capacitação de curta duração, em planejamento e administração de pequenos negócios para produtores rurais. O programa apresenta conteúdos básicos estruturados em seis etapas que ajudarão na

melhoria de negócios já existentes ou na implantação de novos negócios na propriedade.

Etapas:

01. Realizar o diagnóstico da propriedade;

02. Identificar ideias de negócio;

03. Descrever o negócio;

04. Verificar a viabilidade do negócio;

05. Organizar e administrar o negócio;

06. Relacionar o negócio com o mercado.

O Programa tem por objetivo qualificar produtores rurais, suas famílias, jovens e trabalhadores do meio rural, visando ampliar as suas propriedades na gestão e o bom desenvolvimento em seus negócios, por meio de capacitação, estimulando o empreendedorismo rural.

O programa é realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/DF, que possibilitou o desenvolvimento de competências indispensáveis ao produtor rural, tornando-o forte candidato ao empreendedorismo bem sucedido, com redução significativa de riscos provenientes da má gestão da propriedade.

Os treinamentos foram realizados de forma presencial com um facilitador capacitado pelo SENAR e está dividido em cinco encontros de 08 horas cada, com aproximadamente uma semana de intervalo entre um encontro e outro, e também foram realizadas duas consultorias, uma em sala com o objetivo de orientar sobre a avaliação da ideia de negócio e outra na propriedade que irá verificar a aplicabilidade do plano de negócio, da gestão da propriedade e da elaboração de um plano de ação.

Durante os encontros, foram criadas condições para que o participante desenvolvesse as seguintes competências:

a) Diagnóstico da propriedade, identificando potencialidades e deficiências;

b) Principais atividades produtivas da região do participante;

c) Identificação de novas ideias de negócio a partir da realidade e potencialidades da região do participante;

d) Busca de informações para avaliar as ideias;

e) Capital necessário para viabilizar o negócio;

f) Identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças do negócio escolhido;

g) Verificação de uma nova ideia de negócio.

h) Planejamento e melhoria das atividades atuais ou novas ideias de negócio;

i) Planejamento, organização, controle e avaliação dos resultados do Negócio Certo Rural;

j) Estudo de mercado;

k) Estratégias de comercialização dos produtos, visualizando novas oportunidades de mercado;

l) Melhores formas de diminuir riscos e atuar junto de outros produtores com interesses semelhantes: associativismo e cooperativismo; Construção de um plano de negócio da atividade escolhida.

No exercício de 2015, o SENAR AR/DF realizou 11 (onze) turmas do Programa Negócio Certo Rural, contemplando as Regiões Administrativas de Brasília, Brazlândia, Planaltina, Recanto das Emas, São Sebastião e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE/DF, contando com a participação de 273 (duzentos e setenta e três) produtores rurais ou potenciais produtores, com carga horária total de 506 (quinhentos e seis) horas.

Tabela 5 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa NCR

NCR	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
CAPACITAÇÕES	10	11	110,00%
PARTICIPANTES	300	273	91,00%
CARGA HORÁRIA	460	506	110,00%

e) Inclusão Digital Rural

O programa Inclusão Digital Rural abre oportunidades de crescimento a homens e mulheres do campo, com capacitações sobre o uso adequado e eficiente das novas tecnologias, do computador e da internet. Com duração de 16 horas, os cursos de inclusão digital ensinam noções básicas de informática, como criar um e-mail e como navegar no site do Sistema CNA/SENAR.

O objetivo do Programa é:

a) Dar oportunidade aos produtores de conhecer novas tecnologias para implantar na sua propriedade rural, que certamente terão reflexos no aumento da produtividade;

b) Beneficiar os produtores e trabalhadores rurais com informações que agreguem conhecimentos modernos ao seu meio, com vistas a alcançar a eficiência na propriedade rural;

c) Oferecer ferramentas de gestão de propriedades rurais com material pedagógico disponibilizado por meio eletrônico;

d) Proporcionar a qualificação profissional e Inclusão Digital Rural em todo o Distrito Federal;

e) Promover mudança de hábito e comportamento com vistas à nova identidade do produtor como empreendedor rural;

f) Incrementar as formas de aprendizado por meio do ensino à distância;

g) Integrar o homem do campo com o mundo da informação por meio do acesso ao Canal do Produtor.

O programa está diretamente ligado às atividades de Promoção Social - PS, e durante o exercício de 2015 teve como resultado a realização de 04 (quatro) turmas, beneficiando 41 (quarenta e um) participantes.

Tabela 6 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Inclusão Digital Rural

INCLUSÃO DIGITAL RURAL	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
ATIVIDADES	06	04	66,67%
PARTICIPANTES	72	41	56,94%
CARGA HORÁRIA	96	64	66,67%

f) Com Licença Vou à Luta

O Programa Com Licença Vou à Luta é um programa desenvolvido pelo Sistema CNA/SENAR que tem como propósito desenvolver o empreendedorismo das mulheres na gestão dos negócios. Com noções de gestão e com conteúdos específicos de desenvolvimento humano, o Programa ajuda as mulheres a melhorar a administração da propriedade, seja como chefe de família ou auxiliando o marido e transformando a participação feminina em fator decisivo para o sucesso da empresa rural.

O objetivo do Programa é habilitar as mulheres a empreender na atividade de gestão, desenvolver competências de gestão para aplicação no seu próprio negócio e contribuir para o aumento da renda familiar com melhorias na eficiência da gestão.

O SENAR AR/DF, aderiu ao Programa e, durante o exercício de 2015, realizou um total de 02 (duas) turmas, com a participação de 15 (quinze) alunas em cada turma, somando 30 (trinta) mulheres empreendedoras.

Os treinamentos foram desenvolvidos em cinco módulos, uma vez por semana, com carga horária total de 40 horas por turma, tendo como conteúdo programático:

a) Empreendedorismo;

b) Gestão Financeira;

c) Elaboração do Plano de Negocio;

d) Legislação;

e) Liderança.

Com o desenvolvimento do Programa as alunas poderão aprender a elaborar um diagnóstico da situação atual da propriedade e um plano de negócios que a torne ainda mais rentável. Conhecerá também conceitos que ajudará no relacionamento da família, sentindo-se mais valorizada em suas tarefas diárias.

Seguindo os critérios do Programa, a seleção do público foi identificada pela quantidade de produtoras em diversos ramos de atividades, que busca um conhecimento na área de gestão, com ideias inovadoras para contribuir com o rendimento da família.

Tabela 7 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa CLVL

CLVL	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
AÇÕES	02	02	100,00%
PARTICIPANTES	30	30	100,00%
CARGA HORÁRIA	80	80	100,00%

g) Sindicato Forte

O Programa Sindicato Forte tem por objetivo a capacitação de seus Diretores e Colaboradores contemplando ações de sensibilização, planejamento, acompanhamento

e execução de atividades propostas no Planejamento Estratégico, oportunizando o desenvolvimento dos Sindicatos e oferecendo aos trabalhadores e produtores rurais os mais diversos treinamentos de Formação Profissional Rural - FPR, Promoção Social - PS e Programas Especiais – PE. O Programa contou com a participação dos Sindicatos filiados à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF.

Os Sindicatos são parceiros de importância para o SENAR AR/DF, no que tange a mobilização das ações de FPR, PS e PE, sendo que para isso foram firmados Termos de Cooperação Técnico e Financeiro com o objetivo de dar assistência e capacitação aos produtores e trabalhadores rurais e regulamentar o trabalho da mobilização.

De acordo com o Manual de Aplicação "Índice de Desenvolvimento Sindical - IDS", utilizado como base para verificação das obrigações legais dos Sindicatos, foi aplicada a planilha de dados e cálculos para cada Sindicato, a fim de averiguar o desempenho qualitativo dos mesmos. Os Sindicatos participam de reuniões semanais, onde o SENAR apresenta o seu calendário de treinamentos, repassando todos os informativos impressos ou eletrônicos para que os mesmos possam divulgar para seus associados e parceiros, bem como demonstrar os resultados obtidos nas ações realizadas.

Essas ações estão fundamentadas nos documentos norteadores que são o Manual de Excelência Sindical – vol. 1 e no Manual de Aplicação "Índice de desenvolvimento Sindical - IDS"- vol. 2, desenvolvidos pelo Sistema CNA/SENAR.

Tabela 8 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Sindicato Forte

SINDICATO FORTE	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
AÇÕES	01	01	100,00%
SINDICATOS	10	08	80,00%

h) Metodologia da FPR e da PS para Instrutores

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR desenvolve e dissemina a metodologia educacional própria para a realização da Formação Profissional Rural – FPR e da Promoção Social – PS, em ambientes reais do trabalho rural, como agroindústria, laticínios, usinas, pastagens, viveiros, currais, plantações, etc.

A metodologia se baseia em princípios pedagógicos e andragógicos, referentes à educação de adultos, os quais primam por estratégias que conjugam teoria e prática, experiência do educando e atuação do educador, possibilitando ainda que o participante contextualize e aplique, de forma efetiva e eficaz, as suas competências tanto nos exercícios laborais quanto na vida em sociedade.

O principal objetivo da metodologia da FPR e da PS é aplicar, mediante elaboração, execução do plano instrucional e sua avaliação.

Durante o exercício o SENAR AR/DF realizou 01 (um) treinamento, capacitando um total de 18 (dezoito) novos instrutores.

Tabela 9 - Comparativo Planejado x Realizado da Metodologia da FPR e da PS

METODOLOGIA DA FPR E DA PS	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
AÇÕES	01	01	100,00%
PARTICIPANTES	16	18	112,50%
CARGA HORÁRIA	40	40	100,00%

i) Rede e-Tec Brasil

A Rede e-Tec Brasil é um programa do Ministério da Educação – MEC instituído pelo Decreto nº. 7.589, de 2011. Esta ação faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, cuja principal finalidade é promover de maneira democrática o acesso à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, beneficiando-se das possibilidades de alcance e estratégias metodológicas da Educação a Distância – EaD.

O SENAR AR/DF aderiu ao programa, habilitando para o funcionamento 01 (um) Polo de Apoio Presencial no endereço situado a SEPS 709/908 Bloco "D", Edifício FAPE, CEP 70.390-089, para oferta do curso Técnico em Agronegócio, modalidade à distância, com aprovação do Conselho Administrativo, por meio da Resolução AD Referendum nº 001/2015/CA, de 01 de julho de 2015.

O curso Técnico em Agronegócio da Rede e-Tec Brasil tem por objetivo formar profissionais habilitados na aplicação dos procedimentos de gestão do agronegócio, visando os diferentes segmentos e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.

Durante o curso, serão criadas condições para que os alunos desenvolvam as seguintes competências:

a) Reconhecer a realidade do meio rural e as peculiaridades das atividades produtivas do agronegócio brasileiro;

b) Identificar as principais potencialidades, limitações e desafios futuros do agronegócio e das principais cadeias produtivas da agropecuária brasileira;

c) Analisar problemas em sistemas e processos de gestão e de produção agropecuária;

d) Reconhecer os processos e sistemas agroindustriais e de melhoria da qualidade de produtos e serviços agropecuários;

e) Aplicar técnicas de empreendedorismo com capacidade crítica, criativa e inovadora;

f) Empregar técnicas de organização e distribuição eficiente do trabalho e dos recursos produtivos, visando à racionalização de processos, economia de custos e a maximização dos resultados;

g) Planejar a gestão eficaz dos custos de produção;

h) Identificar alternativas de investimento em projetos para orientar tomadas de decisões;

i) Monitorar e avaliar pontos de controle de resultados;

j) Identificar oportunidades e acompanhar planos e estratégias de marketing, visando à ampliação de mercados e/ou desenvolvimento de novos produtos e serviços;

k) Identificar deficiências de conhecimento da equipe para solicitar capacitações e treinamentos;

l) Aplicar técnicas de comercialização para melhorias de processos;

m) Respeitar as normativas legais ambientais, saúde e de trabalho, bem como valores estéticos e éticos;

n) Aplicar técnicas de gestão e de desenvolvimento de negócios rurais responsáveis e sustentáveis;

o) Identificar as necessidades de melhorias no serviço de assistência técnica e extensão rural para negócios e estabelecimentos rurais;

p) Reconhecer e aplicar os princípios que norteiam o associativismo, o cooperativismo e o sistema sindical, preconizados pelos Sistemas Nacionais de Aprendizagem;

q) Operar sistemas de informações gerenciais de recursos humanos, físicos e materiais, utilizando ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

No exercício de 2015, a UPC realizou o processo seletivo para o ingresso no curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio, na forma subsequente e na modalidade à distância, para ocupação de 40 (quarenta) vagas, sendo 02 (duas) turmas com 20 (vinte) alunos cada, para o 2º semestre de 2015.

Após a realização do processo seletivo, foi matriculado um total de 40 (quarenta) alunos para ingresso no curso Técnico em Agronegócio.

Durante o 2º semestre de 2015, foram ministradas as seguintes Unidades Curriculares, para os alunos aprovados e matriculados no curso:

a) Ambientação;

b) Introdução à Informática;

c) Português Instrumental;

d) Matemática Básica e Financeira;

e) Introdução ao Agronegócio;

f) Administração Rural;

g) Técnicas de Produção Vegetal.

Foram realizadas, também, durante o semestre 03 (três) saídas de campo com os alunos, onde os mesmo puderam desenvolver as atividades práticas do curso. As propriedades visitadas foram:

a) Fazenda Água Limpa (UNB);

b) Fazenda Primavera (Brazlândia);

c) Fazenda Malunga (Planaltina).

Durante o semestre foram realizadas as avaliações e recuperações das Unidades Curriculares, onde os resultados serão apurados no primeiro quadrimestre de 2016.

Durante o semestre houve desistência de 03 (três) alunos.

Tabela 10 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Rede e-Tec Brasil

Rede e-Tec Brasil	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
CURSO/TURMA	02	02	100,00%
PARTICIPANTES	40	40	100,00%
UNIDADES CURRICULARES	07	07	100,00%

j) Cadastro Ambiental Rural – CAR

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. É um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.

O SENAR AR/DF, durante o exercício, realizou um total de 04 (quatro) capacitações. As ações foram realizadas em parceria com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Federação da Agricultura e Pecuária do

Distrito Federal – FAPE - DF e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM. Os treinamentos foram realizados na sede do SENAR AR/DF por oferecer boa acessibilidade aos produtores, além da facilidade de acesso à internet e estrutura adequada. As estratégias adotadas para mobilização do público alvo foram através de mailing, mala direta, além do apoio dos parceiros que contribuíram significativamente para o sucesso das ações.

As ações tiveram como foco capacitar os interessados, para que os mesmos auxiliem os produtores rurais promovendo a identificação e a integração de informações ambientais das propriedades e posses rurais.

A programação incluiu o conceito de imóvel rural, Código Florestal (lei n° 12.651/2012) e regulamentações aplicadas ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, legislação distrital, Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SISCAR, noções de cartografia e geoprocessamento, introdução ao QGIS e Google Earth (teoria e prática) e QGIS aplicado ao CAR.

A parceria entre as instituições que colaboraram para a execução das ações proporcionou uma troca de experiências, abrangendo os assuntos de Meio Ambiente, bem como fortaleceu a confiança do assunto ministrado, enaltecendo as relações interpessoais dos participantes e parceiros envolvidos.

O SENAR AR/DF realizou por meio dos treinamentos (teórico e prático) a formação de técnicos, capacitando-os para orientação e execução do Cadastro Ambiental Rural aos produtores rurais, contribuindo não apenas para fins de legislação ambiental brasileira, bem como para a educação do homem do campo frente aos desafios da sustentabilidade do meio rural.

Tabela 11 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa CAR

CAR	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
CURSO/TURMA	04	04	100,00%
PARTICIPANTES	60	55	91,67%
CARGA HORÁRIA	64	96	150,00%

k) Agricultura de Baixo Carbono Cerrado – ABC Cerrado

O Projeto Agricultura de Baixo Carbono Cerrado é resultado da parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, com recursos oriundos do Programa de Investimento em Florestas – FIP e administrados pelo Banco Mundial.

O objetivo é disseminar práticas de agricultura de baixa emissão de carbono e sensibilizar o produtor para que ele invista na sua propriedade de forma a ter retorno econômico, aliado à preservação do meio ambiente.

O SENAR é o responsável pela formação profissional dos produtores, pela capacitação de instrutores e de técnicos de campo e pela assistência técnica a produtores rurais, com foco em quatro tecnologias preconizadas pelo Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC:

a) Recuperação de pastagens degradadas;

b) Integração lavoura-pecuária-floresta;

c) Sistema plantio direto;

d) Florestas plantadas.

Durante o exercício de 2015 foram realizados 03 (três) seminários de sensibilização que contou com a presença de 450 (quatrocentos e cinquenta)

participantes, entre eles produtores e trabalhadores rurais, técnicos de cooperativas, sindicatos, associações e demais entidades ligadas ao setor agropecuário.

Para a realização dos eventos, o SENAR AR/DF contou com a parceria das seguintes entidades:

a) Sistema CNA/SENAR;

b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

c) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

d) Banco do Brasil;

e) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-DF;

f) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

g) Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - FAPE-DF;

h) Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF;

i) Banco Mundial;

j) CIPLAN - Fábrica de Cimento FERCAL;

k) União Pioneira de Integração Social - UPIS.

As estratégias adotadas para mobilização do público foram feitas por meio do SENAR AR/DF em conjunto com os Parceiros, utilizando as ferramentas de mailing, mala direta, carta, visitas às Associações e Cooperativas, ofícios dentre outros recursos disponíveis para divulgação do Programa.

No que tange a eficácia para adesão do número satisfatório de produtores rurais para o Programa, o SENAR AR/DF encontrou dificuldades em sensibilizar e mobilizar o público-alvo devido o prazo para execução dos Seminários e ao conteúdo abordado ser o mesmo tema dos Seminários anteriores. A exigência de público-alvo específico para os Seminários, cuja essência está na divulgação do projeto, influencia na redução do número potencial de participantes, principalmente quando se trata de um estado que não possui grandes extensões de terras.

Tabela 12 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa ABC Cerrado

ABC Cerrado	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
SEMINÁRIOS	01	03	300,00%
PARTICIPANTES	500	450	90,00%
CARGA HORÁRIA	08	13	162,50%

l) Programa Nacional de Proteção das Nascentes

Preocupado com a qualidade da água e a preservação da biodiversidade brasileira, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, criaram e lançaram o Programa Nacional de Proteção das Nascentes com o tema "Em um dia, você pode proteger uma nascente para toda a vida". O Programa inicialmente tem como meta proteger 1.000 nascentes em todo país, em 2015 e, assim, ajudar a garantir água de qualidade e suficiente para atender às necessidades do campo, da cidade e da rica biodiversidade brasileira.

O SENAR AR/DF, aderiu ao Programa Nacional de Proteção de Nascentes, com o objetivo de preservar e proteger as nascentes e os olhos d'água do Distrito Federal. A meta para 2015 é de proteger 100 nascentes.

Durante o exercício de 2015 foram realizadas oficinas para identificar as nascentes em propriedades rurais e urbanas, com base nos cinco passos preconizados pelo Programa:

a) Identificar a nascente;

b) Cercar a nascente;

c) Limpar a área;

d) Controlar a erosão

e) Replantar espécies nativas.

As ações foram realizadas em conjunto com os proprietários das propriedades que acompanharam na identificação das nascentes e com o Jardim Botânico que cedeu 15.000 (quinze mil) mudas para o replantio das nascentes.

Ao final do exercício, o SENAR AR/DF identificou o total de 180 (cento e oitenta) nascentes, registrando a latitude, longitude, fixando a placa do programa e diagnosticando quanto à necessidade de cercar, limpar, controlar a erosão ou replantar espécies nativas.

Tabela 13 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Proteção das Nascentes

PROTEÇÃO DAS NASCENTES	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
AÇÕES	1	1	100,00%
NASCENTES	100	180	180,00%
CARGA HORÁRIA	296	296	100,00%

m) Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz tem por objetivo dar oportunidade de Formação Técnico-Profissional ao menor aprendiz, com idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, por meio de cursos de aprendizagem, desenvolvendo competências básicas, gerais e de empreendedorismo relacionadas às atividades agropecuárias, com a interface das empresas rurais que abrem campos de aprendizagem em cumprimento à lei 10.097/2000.

O curso é formatado pelo SENAR-AR/DF para atendimento ao programa, com carga horária de 960 horas, distribuídas em 480 horas de aulas teóricas e 480 horas de prática profissional, sendo esta de responsabilidade das empresas empregadoras.

O Programa é realizado em parceria com empresas rurais que se enquadram na legislação, no que diz respeito à obrigação de contratação de aprendizes, devendo haver assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do aprendiz e Contrato de Aprendizagem por tempo determinado, não podendo este ultrapassar dois anos.

O Programa teve início no exercício de 2014, iniciando com o total de 12 (doze) participantes, e finalizado em 2015 com o total de 05 (cinco) jovens capacitados, oportunizando ao menor aprendiz seu ingresso no mercado de trabalho.

Uma das grandes dificuldades encontradas durante a execução do programa está relacionada com a grande evasão dos alunos e também podemos destacar como dificuldade a mobilização do público.

Tabela 14 - Comparativo Planejado x Realizado do Programa Jovem Aprendiz

JOVEM APRENDIZ	METAS PLANEJADAS	METAS EXECUTADAS	%
CURSO	01	01	100,00%
PARTICIPANTES	12	05	41,67%
CARGA HORÁRIA	240	156	65,00%

4.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O SENAR AR/DF, visando atender sua missão de realizar a Formação Profissional Rural - FPR e a Promoção Social - PS das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável no Distrito Federal, busca oferecer melhores e maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, aumentar o nível da renda familiar, o exercício da cidadania e a melhoria de seu desempenho nas ocupações que exercem. Para garantir o bom desempenho, a Regional busca constantes melhorias na organização das áreas administrativa/financeira e técnica.

O Planejamento Estratégico do SENAR AR/DF, no exercício de 2015, corroborou para a iniciativa de outros objetivos estratégicos, tais como, adesão de novos programas, assinatura de termos de cooperação de mobilização com os Sindicatos, visando aproximação com o produtor rural para atendê-lo com excelência e conseguinte cumprir nossa missão.

O planejamento das ações de FPR e das atividades de PS que constitui o Plano Anual de Trabalho – PAT e compõe também a parte orçamentária é realizado anualmente, e é encaminhado ao SENAR Administração Central para composição de seu Plano Nacional.

Com a finalidade de melhorar os serviços prestados, foram realizadas capacitações para empregados do SENAR AR/DF, instrutores, mobilizadores e empregados dos sindicatos filiados a FAPE/DF, a exemplo, treinamento de Metodologia da FPR e da PS para Instrutores, Capacitação no Cadastro Ambiental Rural – CAR, Negócio Certo Rural – NCR, Com Licença Vou a Luta, Agricultura de Precisão, Sindicato Forte, Sistema Senar nas Nuvens e Rede e-Tec Brasil, participaram também, das capacitações realizadas através de videoconferência.

4.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

Quadro 4.1.3.1. Planos X Competências Institucionais

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
01	Formação Profissional Rural – FPR	A FPR é um processo educativo e democrático, que considera o mundo em permanente processo de mudança e está vinculada diretamente ao mundo do trabalho.	Departamento Técnico	As ações de FPR está associada à informação e à orientação profissional, centrada em ocupações reconhecidas no mercado de trabalho rural para definição das ofertas educativas a serem adequadas ao nível tecnológico dessas ocupações.
02	Promoção Social – PS	A PS é um conjunto de atividades com enfoque educativo.	Departamento Técnico	As atividades de PS possibilitam ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade rural.
03	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec	O Pronatec foi criado por iniciativa do Ministério da Educação - MEC para oferecer cursos para públicos em vulnerabilidade social.	Departamento Técnico	O Pronatec é um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas na educação profissional, melhorando sua condição de vida com a inserção no mercado do trabalho, seguindo as demandas dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
04	Negócio Certo Rural – NCR	O Programa Negócio Certo Rural é uma capacitação de curta duração, em planejamento e administração de pequenos negócios para produtores rurais.	Departamento Técnico	O programa apresenta conteúdos básicos estruturados em seis etapas que ajudarão na melhoria de negócios já existentes ou na implantação de novos negócios na propriedade: a) Realizar o diagnostico da propriedade; b) Identificar idéias de negocio; c) Descrever o negocio; d) Verificar a viabilidade do negócio; e) Organizar e administrar o negóciio; f) Relacionar o negocio com o mercado.
05	Inclusão Digital Rural	O programa Inclusão Digital Rural abre oportunidades de crescimento a homens e mulheres do campo, com capacitações sobre o uso adequado e eficiente das novas tecnologias, do computador e da internet.	Departamento Técnico	O programa tem como objetivo: a) Dar oportunidade aos produtores de conhecer novas tecnologias para implantar na sua propriedade rural, que certamente terão reflexos no aumento da produtividade; b) Beneficiar os produtores e trabalhadores rurais com informações que agreguem conhecimentos modernos ao seu meio, com vistas a alcançar a eficiência na propriedade rural; c) Oferecer ferramentas de gestão de propriedades rurais com material pedagógico disponibilizado por meio eletrônico; d) Proporcionar a qualificação profissional e Inclusão Digital Rural em todo o Distrito Federal; e) Promover mudança de hábito e comportamento

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
				com vistas à nova identidade do produtor como empreendedor rural; f) Incrementar as formas de aprendizado por meio do ensino à distância; g) Integrar o homem do campo com o mundo da informação por meio do acesso ao Canal do Produtor.
06	Com Licença Vou a Luta – CLVL	O Programa CLVL é um programa desenvolvido pelo Sistema CNA/SENAR que tem como propósito desenvolver o empreendedorismo das mulheres na gestão dos negócios.	Departamento Técnico	O objetivo do Programa é habilitar as mulheres a empreender na atividade de gestão, desenvolver competências de gestão para aplicação no seu próprio negócio e contribuir para o aumento da renda familiar com melhorias na eficiência da gestão. O programa conta com os seguintes módulos: a) Empreendedorismo; b) Gestão financeira; c) Elaboração do plano de negócio; d) Legislação; e) Liderança.
07	Sindicato Forte	O Programa Sindicato Forte tem por objetivo a capacitação de seus Diretores e Colaboradores contemplando ações de sensibilização, planejamento, acompanhamento e execução de atividades propostas no Planejamento Estratégico,	Departamento Técnico	O programa conta com o Manual de Excelência Sindical – vol. 1 e o Manual de Aplicação "Índice de desenvolvimento Sindical - IDS"- vol. 2, desenvolvidos pelo Sistema CNA/SENAR, que são os documentos norteadores.

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
		oportunizando o desenvolvimento dos Sindicatos e oferecendo aos trabalhadores e produtores rurais os mais diversos treinamentos de Formação Profissional Rural - FPR, Promoção Social - PS e Programas Especiais – PE.		
08	Metodologia da FPR e da PS	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR desenvolve e dissemina a metodologia educacional própria para a realização da Formação Profissional Rural – FPR e da Promoção Social – PS, em ambientes reais do trabalho rural.	Departamento Técnico	A metodologia se baseia em princípios pedagógicos e andragógicos, referentes à educação de adultos, os quais primam por estratégias que conjugam teoria e prática, experiência do educando e atuação do educador, possibilitando ainda que o participante contextualize e aplique, de forma efetiva e eficaz, as suas competências tanto nos exercícios laborais quanto na vida em sociedade. O principal objetivo da metodologia da FPR e da PS é aplicar, mediante elaboração, execução do plano instrucional e sua avaliação.

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
09	Rede e-Tec Brasil	O curso Técnico em Agronegócio da Rede e-Tec Brasil tem por objetivo formar profissionais habilitados na aplicação dos procedimentos de gestão do agronegócio, visando os diferentes segmentos e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.	Departamento Técnico	Durante o curso, serão criadas condições para que os alunos desenvolvam as seguintes competências: a) Reconhecer a realidade do meio rural e as peculiaridades das atividades produtivas do agronegócio brasileiro; b) Identificar as principais potencialidades, limitações e desafios futuros do agronegócio e das principais cadeias produtivas da agropecuária brasileira; c) Analisar problemas em sistemas e processos de gestão e de produção agropecuária; d) Reconhecer os processos e sistemas agroindustriais e de melhoria da qualidade de produtos e serviços agropecuários; e) Aplicar técnicas de empreendedorismo com capacidade crítica, criativa e inovadora; f) Empregar técnicas de organização e distribuição eficiente do trabalho e dos recursos produtivos, visando à racionalização de processos, economia de custos e a maximização dos resultados; g) Planejar a gestão eficaz dos custos de produção; h) Identificar alternativas de investimento em

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
				projetos para orientar tomadas de decisões; i) Monitorar e avaliar pontos de controle de resultados; j) Identificar oportunidades e acompanhar planos e estratégias de marketing, visando à ampliação de mercados e/ou desenvolvimento de novos produtos e serviços; k) Identificar deficiências de conhecimento da equipe para solicitar capacitações e treinamentos; l) Aplicar técnicas de comercialização para melhorias de processos; m) Respeitar as normativas legais ambientais, saúde e de trabalho, bem como valores estéticos e éticos; n) Aplicar técnicas de gestão e de desenvolvimento de negócios rurais responsáveis e sustentáveis; o) Identificar as necessidades de melhorias no serviço de assistência técnica e extensão rural para negócios e estabelecimentos rurais; p) Reconhecer e aplicar os princípios que norteiam o associativismo, o

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
				cooperativismo e o sistema sindical, preconizados pelos Sistemas Nacionais de Aprendizagem; q) Operar sistemas de informações gerenciais de recursos humanos, físicos e materiais, utilizando ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.
10	Cadastro Ambiental Rural – CAR	O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.	Departamento Técnico	O programa tem como foco capacitar os interessados, para que os mesmos auxiliem os produtores rurais promovendo a identificação e a integração de informações ambientais das propriedades e posses rurais. O objetivo principal é a formação de técnicos, capacitando-os para orientação e execução do CAR aos produtores rurais, contribuindo não apenas para fins de legislação ambiental, bem como para a educação do homem do campo frente aos desafios da sustentabilidade do meio rural.

Nº	Programas Projetos	Objetivos	Departamento Responsável	Objetivos Estratégicos
11	Agricultura de Baixo Carbono – ABC	O objetivo é disseminar práticas de agricultura de baixa emissão de carbono e sensibilizar o produtor para que ele invista na sua propriedade de forma a ter retorno econômico, aliado à preservação do meio ambiente.	Departamento Técnico	O SENAR é o responsável pela formação profissional dos produtores, pela capacitação de instrutores e de técnicos de campo e pela assistência técnica a produtores rurais, com foco em quatro tecnologias preconizadas pelo Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC: a) Recuperação de pastagens degradadas; b) Integração lavoura-pecuária-floresta; c) Sistema plantio direto; d) Florestas plantadas.
12	Programa Nacional de Proteção das Nacentes	O Programa inicialmente tem como meta proteger 1.000 nascentes em todo país, em 2015 e, assim, ajudar a garantir água de qualidade e suficiente para atender às necessidades do campo, da cidade e da biodiversidade.	Departamento Técnico	a) Identificar as nascentes; b) Cercar a nascente; c) Limpar a área; d) Controlar a erosão; e) Replantar espécies nativas.
13	Jovem Aprendiz	O Programa tem por objetivo dar oportunidade de Formação Técnico-Profissional ao menor aprendiz, com idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos,	Departamento Técnico	Por meio de cursos de aprendizagem, o aluno poderá desenvolver competências básicas, gerais e de empreendedorismo relacionadas às atividades agropecuárias, com a interface das empresas rurais que abrem campos de aprendizagem em cumprimento à lei 10.097/2000.

4.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

O monitoramento e a avaliação das ações/atividades executadas são feitas através da análise de dados coletados e de relatórios emitidos pelos instrutores e supervisores de campo, o controle dos relatórios fica a cargo dos coordenadores de projetos. São também realizadas avaliações de resultados, por meio de ligações telefônica ou diretamente com cada produtor ou trabalhador rural.

Os resultados das avaliações são repassadas mensalmente para as gerências administrativa/financeiras e técnica, bem como para o Superintendente. São formalizadas a cada quadrimestre prestações de contas, e os relatórios são submetidos à apreciação dos Conselhos Administrativo e Fiscal, posteriormente encaminhadas ao SENAR Administração Central, que envia a mesma para auditoria independente, é emitido parecer e encaminhado ao Conselho Fiscal para submeter à análise de aprovação. Contamos também, com a auditoria interna do SENAR Administração Central que faz visitas periódicas às administrações regionais. A Controladoria Geral da União – CGU durante o exercício de 2015 realizou o monitoramento da gestão do SENAR AR/DF, solicitando dados e informações a respeito de Licitantes e Fornecedores, Transferência Concedidas e Recursos Humanos.

4.5. Desempenho Orçamentário

O valor orçado das receitas correntes é de R$ 3.197.000,00 (três milhões, cento e noventa e sete mil reais), e efetivada o valor R$ 3.538.342,58 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e cinqüenta e oito centavos), registramos o aumento de 10,68%. Destacamos as receitas de contribuições, orçadas no valor de R$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais), e arrecadadas o valor de R$ 2.758.114,12 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil cento e quatorze reais e doze centavos), registrando um aumento de 30,10%, e as receitas de transferências de instituições privadas orçadas no valor de R$ 743.000,00 (setecentos e quarenta e três mil reais), e realizadas R$ 561.315,09 (quinhentos e sessenta e um mil trezentos e quinze reais e nove centavos), o reconhecimento desta receita em percentuais negativo de -24,45%, devido realização parcial dos Programas Especiais:

Pronatec:

Na execução do exercício foi programado o valor de 367.846,00 conforme a homologação das vagas ocorrida na pactuação. Conforme demonstrado no ativo circulante, adiantamento a terceiros, o valor de R$ 18.475,00 (dezoito mil quatrocentos e setenta e cinco reais), referente as despesas com pessoal, que será efetivada no exercício seguinte. Na realização das turmas algumas parcerias foram firmadas que contribuiu para a diminuição dos gastos programados em cada turma. O apoio deu-se na liberação do transporte e empréstimo de equipamentos no curso de "Condutor de Turismo de Aventura" para execução das aulas praticas. Nos cursos "Pintura em Tecido" e "Artesão de Bordado a Mão" foi solicitado a quantidade menor de material, devido a metodologia aplicada. No curso de Horticultor Orgânico foi aproveitado o material que já existia no local da realização do curso.

Assistência Técnica e Gerencial:

Embora termos realizado reuniões de sensibilização junto aos produtores rurais sindicalizados à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF, com o objetivo de apresentar a metodologia da Assistência Técnica e Gerencial, a turma não foi iniciada no exercício, devido à dificuldade na formação dos grupos de produtores de interesse.

O valor orçado para as despesas é de R$ 3.197.000,00 (três milhões, cento e noventa e sete mil reais), e efetivada o valor de R$ 3.109.844,56 (três milhões, cento e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e seis centavos). Destacamos o código 8729 Qualificação Prof. Área Agrop. e Agroindústria - Recursos Próprios, orçados em R$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais) e realizados o valor de R$ 1.752.294,44 (um milhão, setecentos e cinqüenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), realizando a mais do programado o valor de R$ 172.294,44 (cento e setenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), que representa o percentual de 10,91%.

Em virtude da disponibilidade financeira e oportunidades não previstas, foi realizado a mais 18 (dezoito) ações de Formação Profissional Rural – FPR de acordo com a programação do Plano Anual de Trabalho – PAT, devido demandas

emergenciais advindas dos novos parceiros, com a finalidade de atender o produtor rural, por esta razão o valor orçado ficou aquém do executado.

4.6. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 4.3.1.1. Execução Física e Financeira das Ações

SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Meta Física		Orçado	Realizado	% Utilização
	Prev.	Real.			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	**17**	**16**	**332.000,00**	**301.270,71**	**90,74**
0750 - Apoio Administrativo	**17**	**16**	**332.000,00**	**301.270,71**	**90,74**
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	1	1	90.000,00	76.846,05	85,38
8777 - Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	9	7	200.000,00	187.070,46	93,54
8711 - Gestão Administrativa	7	8	42.000,00	37.354,20	88,94
8715 - Assistência Financeira a Entidades	0	0	-	-	-
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	**4**	4	**20.000,00**	**14.996,73**	**74,98**
0801 - Formação de Gerentes e Empregados	**4**	**4**	**20.000,00**	**14.996,73**	**74,98**
8718 - Capacitação de Recursos Humanos	4	4	20.000,00	14.996,73	74,98
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	**0**	**0**	**-**	**-**	**-**
0253 - Serviço de Comunicação de Massa	**0**	**0**	**-**	**-**	-
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	0	0	-	-	-
212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	**0**	**0**	**-**	**-**	**-**
0681 - Participação em Organismos Internacionais	**0**	**0**	**-**	**-**	**-**
8753 - Contribuição a Organismo Internacional	0	0	-	-	-
301 - ATENÇÃO BÁSICA	**36**	**35**	**34.000,00**	**29.827,79**	**87,73**
0100 - Assistência ao Trabalhador	**36**	**35**	**34.000,00**	**29.827,79**	**87,73**
8703 - Assistência Médica e Odonto a Empregados	36	35	34.000,00	29.827,79	87,73
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	**14**	**14**	**34.000,00**	**33.657,06**	**98,99**

SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Meta Física		Orçado	Realizado	% Utilização
	Prev.	Real.			
0100 - Assistência ao Trabalhador	**14**	**14**	**34.000,00**	**33.657,06**	**98,99**
8705 - Auxílio Alimentação a Empregados	14	14	34.000,00	33.657,06	98,99
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	**747**		**302.000,00**	**299.482,74**	**99,17**
0100 - Assistência ao Trabalhador	**3**	**2**	**2.000,00**	**958,32**	**47,92**
8706 - Auxílio Transporte aos Empregados	3	2	2.000,00	958,32	47,92
8707 - Assistência Social a Servidores	0	0	-	-	-
333 - EMPREGABILIDADE	**5005**		**2.475.000,00**	**2.430.609,53**	**98,21**
0108 - Qualificação Profissional do Trabalhador	744		300.000,00	298.524,42	99,51
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	5005		1.580.000,00	1.752.294,44	110,90
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria – Recursos de terceiros			860.000,00	678.315,09	78,87
Investimentos Recursos Próprios			35.000,00	-	
TOTAL			**3.197.000,00**	**3.109.844,56**	**97,27**

Fonte: Sistema RM - SALDUS

4.7. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No decorrer do exercício, contamos com o apoio de grandes parceiros, que diretamente colaboraram para o desempenho orçamentário do exercício, a exemplo os Sindicatos filiados à FAPE/DF, que por meio das mobilizações trouxeram novas demandas para o SENAR AR/DF.

4.8. Execução Descentralizada com Transferências de Recursos

4.3.3.1. Quadro – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	SENAR ADMINSTRAÇÃO CENTRAL					
UG/GESTÃO:	SENAR AR/DF					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	03	02	02	553.626,00	1.418.880,00	469.840,00
Contrato de repasse						
.						
Totais	03	02	02	553.626,00	1.418.880,00	469.840,00

Fonte: Sistema RM Saldus

Unidade concedente ou contratante

Nome:	SEBRAE - DF					
UG/GESTÃO:	SENAR AR/DF					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse	01	01	01	117.000,00	117.000,00	117.000,00
.						
Totais	01	01	01	117.000,00	117.000,00	117.000,00

Fonte:

4.3.3.2. Quadro – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SENAR ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
UG/GESTÃO: SENAR – AR/DF					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	03		355.790,11
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	03		197.835,89
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: SISTEMA RM SALDUS					

R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SEBRAE - DF					
UG/GESTÃO: SENAR – AR/DF					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado		01	117.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: SISTEMA RM SALDUS					

4.3.3.3. Quadro – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: SENAR ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
UG/GESTÃO: SENAR AR/DF				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Qtd. de TCE instauradas			
	Montante repassado (R$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade	03		355.790,11
	Montante repassado (R$)			
Fonte:				

R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: SEBRA -DF				
UG/GESTÃO: SENAR AR/DF				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada		01	117.000,00
	Quantidade reprovada			
	Qtd. de TCE instauradas			
	Montante repassado (R$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R$)			
Fonte: SISTEMA RM SALDUS				

4.9. Informações Sobre a Realização das Receitas

Quadro 4.3.4.1. Demonstração da Receita – Administração Central

Natureza da Receita	Orçada	Realizada	% Realização
Receitas Correntes	**3.197.000,00**	**3.538.342,58**	110,68%
Receitas de Contribuições	**2.120.000,00**	**2.758.114,12**	130,10%
Contribuição para o SENAR	1.800.000,00	2.457.973,48	136,55%
Receita Patrimonial	**65.000,00**	**77.813,37**	119,71%
Receitas de Valores Mobiliários	65.000,00	77.813,37	119,71%
Juros e Títulos de Renda	65.000,00	77.813,37	119,71%
Receitas de Serviços	**-**	**-**	-
Transferências Correntes	**860.000,00**	**678.315,09**	78,87%
Outras Transf. de Inst. Privadas	743.000,00	561.315,09	75,55%
RADI	320.000,00	300.140,64	93,79%
Transf. de Convênios	117.000,00	117.000,00	100,00%
Outras Receitas Correntes	**152.000,00**	**24.100,00**	15,86%
Outras Receitas	152.000,00	24.100,00	15,86%

Fonte: Sistema Contábil RM Saldus

4.10. Informações Sobre a Realização das Despesas

4.3.5.1 Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:	Código UO:	UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa paga	
	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		
a) Convite	83.737,00	12.975,00
b) Tomada de Preços		
c) Concorrência		
d) Pregão		
e) Concurso		
f) Consulta		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		
2. Contratações Diretas (h+i)		
h) Dispensa	231.451,62	175.703,25
i) Inexigibilidade		
3. Regime de Execução Especial		
j) Suprimento de Fundos		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		
k) Pagamento em Folha	518.772,60	428.724,88
l) Diárias	15.705,00	27.942,50
5. Outros		
6. Total (1+2+3+4+5)	**849.666,22**	**641.610,33**

4.3.5.2. Quadro - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:				
Grupos de Despesa	Orçada		Realizada	
	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal/Encargos	**1.100.000,00**	**930.000,00**	**974.024,83**	**777.789,80**
1.1 Recursos Próprios	800.000,00	730.000,00	800.614,31	636.433,24
1.3 Recursos de Terceiros	300.000,00	200.000,00	173.410,52	141.356,56
2. Juros e Encargos da Dívida				
3. Outras Despesas Correntes	**1.502.000,00**	**1.707.500,00**	**1.630,915,16**	**1.305.829,98**
Manutenção Serv. Adm	90.000,00	80.000,00	76.846,05	65.745,83
Gestão Administrativa	42.000,00	40.000,00	37.354,20	34.383,24
Capacitação Recursos Humanos	20.000,00	12.000,00	14.996,73	9.748,24
Assistência Médica	34.000,00	20.000,00	29.827,79	19.622,73
Auxílio Alimentação	34.000,00	23.000,00	33.657,06	18.824,14
Auxilio Transporte	2.000,00	2.500,00	958,32	1.141,42
Promoção Social Rural	300.000,00	380.000,00	298.524,42	377.806,46
Qualif. Prof. Área Agrop. e Agroind	980.000,00	1.150.000,00	1.138.750,59	778.557,92
3.1 Outras Despesas Correntes Recursos Terceiros	**560.000,00**	**1.280.000,00**	**504.904,57**	**1.342.909,47**
Qualif. Prof. Área Agrop. e Agroind. Rec. Terceiros	560.000,00	1.280.000,00	504.904,57	1.342.909,47
4. Investimentos				
Aquisição de Bens (Imobilizado)	35.000,00	20.000,00	31.388,00	15.391,00
Baixa de Bens			4.392,00	
Depreciação			41.766,30	
Demais elementos do grupo				
Total Geral	**3.197.000,00**	**3.937.500,00**	**3.187.390,86**	**3.441.920,25**

4.11. Desempenho Operacional

4.3.5.3 - Quadro Comparativo do Programado e Realizado 2015 Atividade Fim			
	Orçada	**Realizada**	**%**
Receitas de Contribuições	**2.120.000,00**	**2.758.114,12**	**+30,10**
Despesas	**1.880.000,00**	**2.050.818,86**	**+9,09**
Ações de FPR	327	345	+5,50
Atividades de PS	62	63	+1,61
Total Geral de Ações/Atividades	**389**	**408**	**+4,88**
Participantes de FPR	3.924	4.547	+15.88
Participantes de PS	744	789	+6,05
Total Geral de Participantes	**4.668**	**5.336**	**+14,31**
Carga Horária de FPR	11.128	11.828	+6,29
Carga Horária de PS	2.128	2.216	+4,14
Total Geral da Carga Horária	**13.256**	**14.044**	**+5,94**

Verifica-se a variação de 30,10% de acréscimo na receita de contribuição arrecadada. Nas despesas observou-se a variação de 9,09% de acréscimo, que por sua vez, houve também aumento no quantitativo das ações de Formação Profissional Rural e nas atividades de Promoção Social, nos números dos participantes e da carga horária.

O acréscimo de 4,88% nas ações/atividades demonstra a realidade das demandas e necessidades do homem do campo, ressaltando em termo de atuação que o SENAR AR/DF, fomentou, incentivou e alcançou o aumento na realização dos treinamentos.

4.3.5.4 - Quadro Comparativo do Desempenho 2014-2015 Atividade Fim			
	2014	**2015**	**%**
Receitas de Contribuições	**2.052.155,66**	**2.758.114,12**	**+34,40**
Despesas	**1.651.129,34**	**2.050.818,86**	**+24,21**
Ações de FPR	238	345	+44,96
Atividades de PS	69	63	-8,70
Total Geral de Ações/Atividades	**307**	**408**	**+32,90**
Participantes de FPR	3.045	4.547	+49,33
Participantes de PS	857	789	-7,93
Total Geral de Participantes	**3.902**	**5.336**	**+36,75**
Carga Horária de FPR	8.312	11.828	+42,30
Carga Horária de PS	2.024	2.216	+9,49
Total Geral da Carga Horária	**10.336**	**14.044**	**+35,87**

Comparando os resultados dos exercícios de 2014/2015, observa-se o desempenho operacional satisfatório da regional. Nas receitas de contribuições houve acréscimo de 34,40%. Nos recursos aplicados nas ações de Formação Profissional Rural e nas atividades de Promoção Social, houve acréscimo de 24,21%, porém, destacamos que, embora tenha tido crescimento da despesa, foram executadas 105 (cento e cinco) treinamentos a mais, que comparados com o custo da ação/atividade do exercício de 2014, o custo do exercício de 2015 ficou menor em 7%.

4.12. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficácia:

O SENAR AR/DF utiliza como indicadores para avaliar o desempenho da gestão a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade, tendo como base os objetivos preconizados e os resultados efetivamente alcançados das ações/atividades de Formação Profissional Rural – FPR e da Promoção Social - PS.

Os indicadores proporcionam uma visão comparativa entre os itens relacionados, ações/atividades programadas e realizadas, número de participantes previstos e atendidos e carga horária programada e realizada.

Embora a Instituição não tenha indicadores mais detalhados sobre a execução de nossas ações e os resultados alcançados, sendo oferecidos de modo geral, onde o SENAR AR/DF vem empenhando grande esforço na estruturação de mecanismo de apuração de resultados a fim de obter dados mais precisos sobre a execução.

Gráfico 1 – Comparativo do Programado x Realizado das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

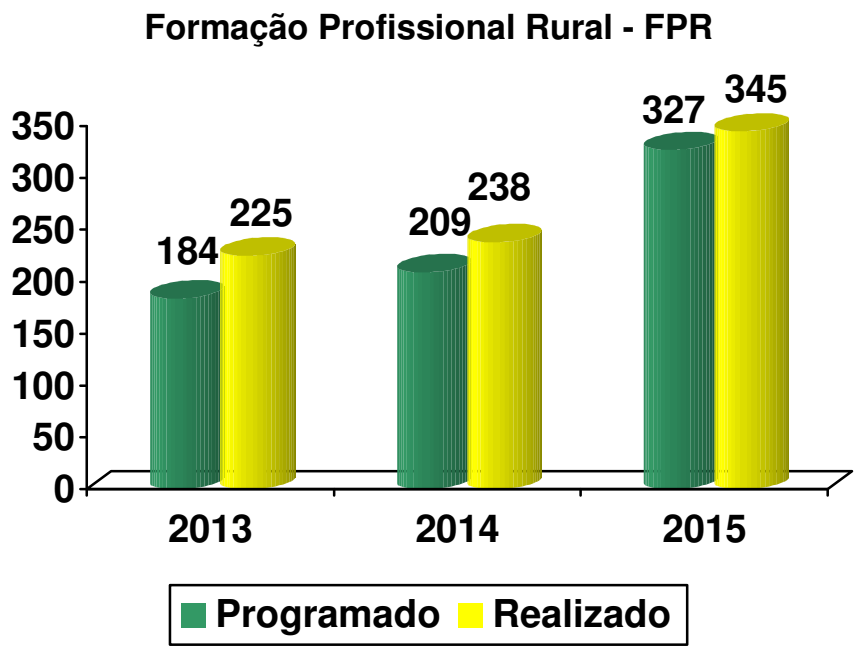
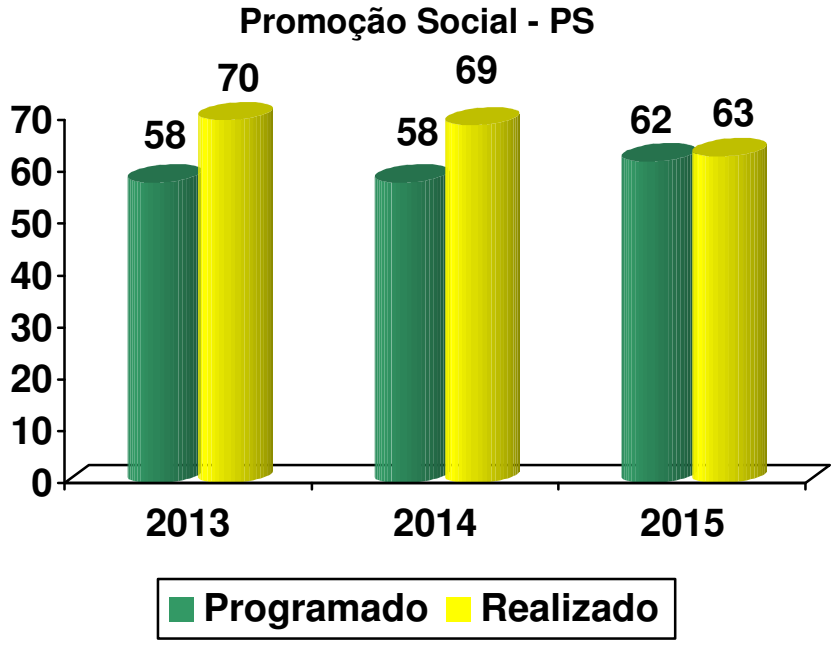


Gráfico 2 – Comparativo do Programado x Realizado das Atividades de PS nos exercícios de 2013, 2014 e 2015



O comparativo do número de ações/atividades programadas e realizadas tem sido um indicador utilizado pela Instituição para analisar os desvios ocorridos em relação ao planejamento do PAT a cada ano, como uma das formas de avaliar o desempenho da gestão.

Os números de treinamentos realizados durante os últimos 3 (três) anos na FPR foi crescente, isso demonstra o empenho da atual gestão do SENAR AR/DF em atender a maior quantidade possível de demandas, procurando exercer o seu papel social e educacional. Em 2015 houve um aumento no número de ações realizadas em 87,50% em relação a 2013 e 44,96% em relação a 2014.

Por sua vez, na PS houve um decréscimo de -10% em relação a 2013 e -8,70 em relação a 2014 no número de atividades executadas, embora que tenha havido aumento de 6,90% em 2013 e 2014 na quantidade de treinamentos planejados nos exercícios de 2015.

Gráfico 3 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

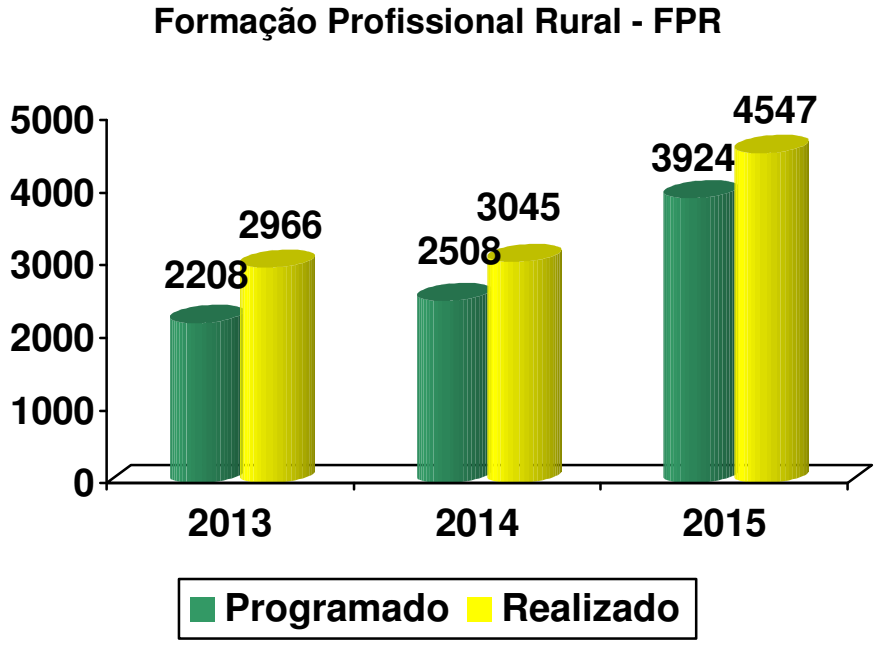
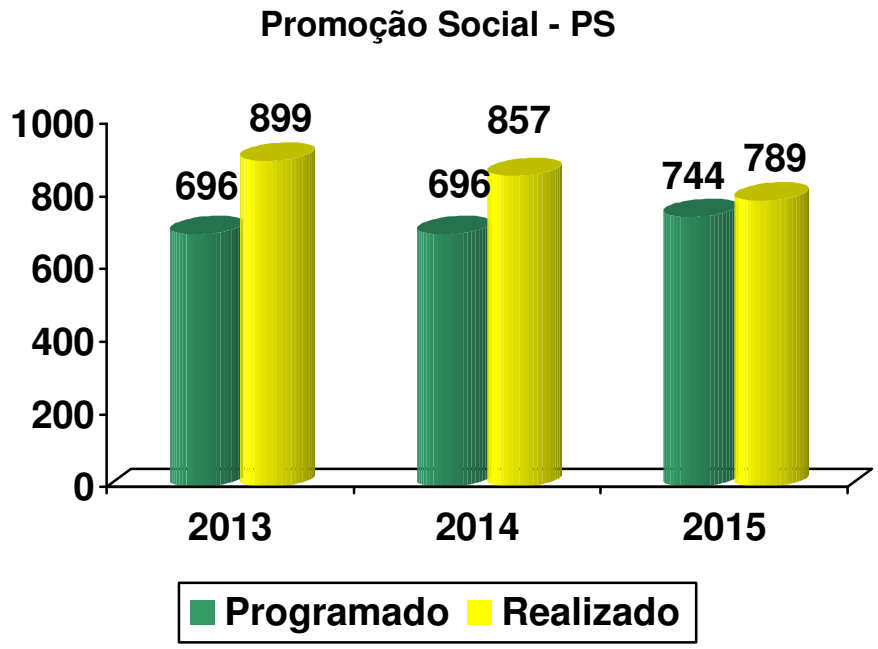


Gráfico 4 – Comparativo do Programado x Realizado dos Participantes das Atividades de PS nos exercícios de 2013, 2014 e 2015



Ao compararmos os resultados do número de participantes dos eventos do exercício de 2015 em relação aos exercícios anteriores na FPR, verificamos que a variação foi muito positiva, registrando aproximadamente 53,30% em relação a 2013 e 49,33% em relação a 2014, do número de participantes atendidos.

Quanto a PS, podemos verificar um decréscimo de -12,24% do número de participantes atendidos em relação ao exercício de 2013 e -7,93% em relação a 2014, tendo como um dos fatores relevantes às mudanças ocorridas no planejamento estratégico.

Gráfico 5 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

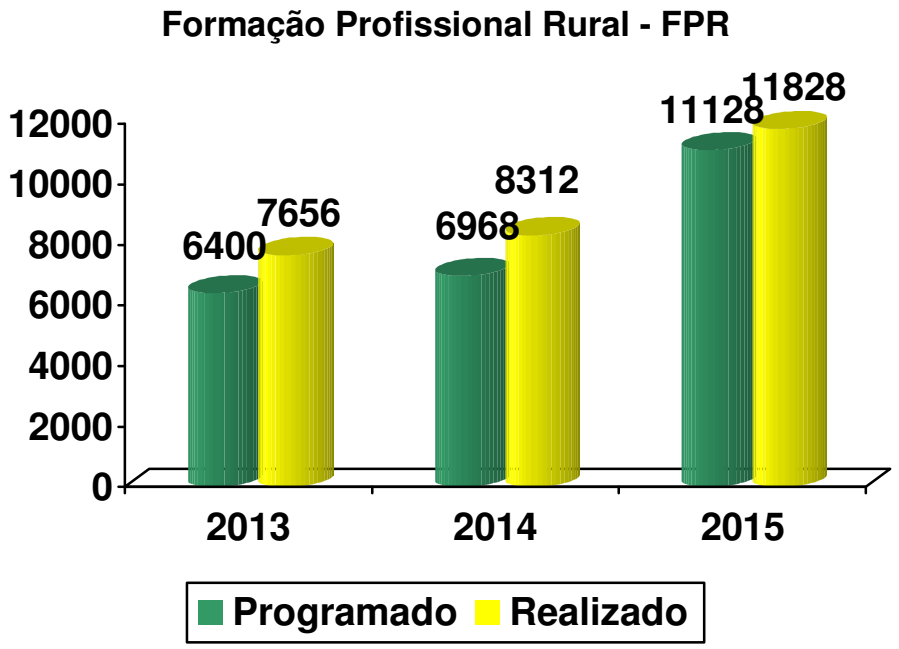
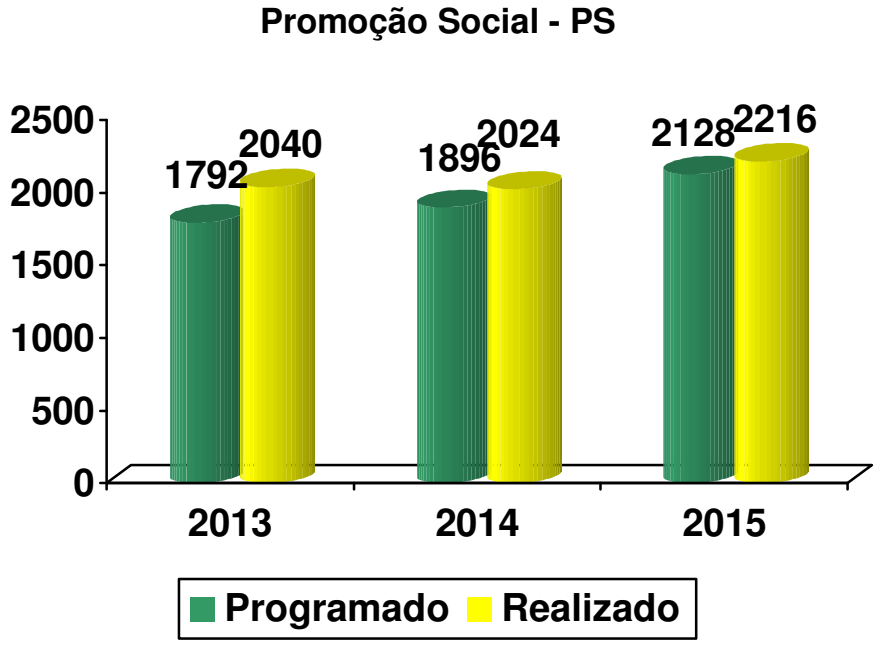


Gráfico 6 – Comparativo do Programado x Realizado da Carga Horária das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015



A variação do percentual da carga horária entre os exercícios foram positivas em função do aumento significativo da realização dos treinamentos de Formação Profissional Rural com acréscimo de 54,49% e 8,63% respectivamente em relação a 2015 e na Promoção Social o percentual de 8,63% e 9,49% respectivamente em relação a 2015.

Indicadores de Eficiência:

Para apuração do indicador de eficiência, foi utilizado o número de eventos realizados de Formação Profissional Rural e de Promoção Social nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, relacionando com o número de empregados do SENAR AR/DF.

Tabela 15 – Comparativo do Número de Eventos Realizados por Empregados nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

Exercício	A) Nº. Eventos (FPR+PS)	B) Nº. Empregados	Relação A / B
2013	295	11	26,82
2014	307	11	27,91
2015	408	14	29,14

Indicadores de Economicidade:

Os indicadores de economicidade estão alinhados ao conceito de obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível, dentro dos requisitos e da quantidade exigidas, gerindo adequadamente os recursos financeiros e físicos. Segue abaixo a quadro comparativo das ações de FPR e das atividades de PS nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

Tabela 16 – Comparativo do Custo por Evento e por Participante das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

Exercício	Custo Total	Total de Ações	Custo por Ação	Total de Participantes	Custo por Participante
2013	1.238.749,39	225	5.505,55	2.966	417,65
2014	1.288.713,88	238	5.414,76	3.045	423,22
2015	1.752.294,44	345	5.079,11	4.547	385,37

No exercício de 2015, o custo total para a realização do Programa Qualificação Profissional na Área da Agropecuária e Agroindústria registra o valor de R$ 1.752.294,44 (hum milhão setecentos e cinquenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), apresentando um custo por evento de R$ 5.079,11 (cinco mil, setenta e nove reais e onze centavos) e por participante de R$ 385,37 (trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos). Comparados aos exercícios anteriores, verifica-se que o custo das ações está decrescente, isto é, o quantitativo de ações está crescente com custo menor.

Tabela 17 – Comparativo do Custo por Evento e por Participante das Atividades de PS nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

Exercício	Custo Total	Total das Atividades	Custo por Atividade	Total de Participantes	Custo por Participante
2013	376.622,53	70	5.380,32	899	418,93
2014	377.806,46	69	5.475,46	857	440,85
2015	298.524,42	63	4.738,48	789	378,36

Já na Promoção Social foi gasto o valor de R$ 298.524,42 (duzentos e noventa e oito mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), registrando um custo médio por evento de R$ 4.738,48 (quatro mil setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e o custo por participante de R$ 378,36 (trezentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos. Comparados aos exercícios anteriores, verifica-se que o custo das ações em relação a 2014 e 2013 foi crescente e no exercício de 2015 o percentual foi decrescente, isto é, o quantitativo de atividades está decrescente com custo menor.

Indicadores de Efetividade:

Para alcançar o princípio da efetividade, buscou-se realizar, não só a aproximação entre técnicos do SENAR AR/DF e as entidades parceiras, como também, analisar as demandas atingidas, no intuito de atender com efetividade o produtor rural, para isso, está sendo utilizado como indicador o quantitativo de participantes por turma que varia de no mínimo 12 (doze) e no máximo 15 (quinze) alunos por turma conforme metas estabelecidas no Plano Anual de Trabalho – PAT.

Tabela 18 – Comparativo do Número de Participantes por Turma das Ações de FPR nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

Exercício	Total de Ações	Total de Participantes	Nº de Participantes por Turma
2013	225	2.966	13,18
2014	238	3.045	12,79
2015	345	4.547	13,18

Tabela 19 – Comparativo do Número de Participantes por Turma das Atividades de PS nos exercícios de 2013, 2014 e 2015

Exercício	Total de Ações	Total de Participantes	Nº de Participantes por Turma
2013	70	899	12,84
2014	69	857	12,42
2015	63	789	12,52

Podemos verificar nos quadros acima (Quadro 10 e Quadro 11) que nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 a média de alunos por turma está dentro do planejado pelo SENAR AR/DF.

5. GOVERNANÇA

De acordo com o Regimento Interno, a estrutura de governança do SENAR possui a seguinte composição: Conselho Administrativo e Conselho Fiscal.

5.1. Descrição das Estruturas de Governança

5.1.1. Conselho Administrativo

Base Normativa: Seção I do Regimento Interno do SENAR AR/DF.

Estrutura:

Art. 6º - O Conselho Administrativo será indicado pelo período de três anos e terá a seguinte composição:

I - O Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), que será seu Presidente nato;

II - O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno (FETADFE);

III - Um representante do SENAR – Administração Central;

IV - Dois representantes dos produtores rurais;

Atribuições:

I- Fixar a política da atuação do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal, e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades, bem como as diretrizes gerais a serem adotadas;

II- Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho e os respectivos orçamentos, encaminhando-os à Administração Central para Consolidação;

III- Aprovar o balanço geral, as demais demonstrações financeiras e o relatório anual das atividades, e encaminhá-los ao SENAR – Administração Central;

IV- Aprovar o plano de cargos e salários, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente;

V- Decidir, com base em parecer interno, a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens imóveis;

VI- REVOGADO;(resolução nº 033/04/CD do Conselho Deliberativo de 14/07/2004

VII- Fixar as atribuições do Presidente do Conselho Administrativo, além das estabelecidas no art. 28 deste Regimento;

VIII- Fixar outras atribuições do Superintendente, além das estabelecidas no art. 29 deste Regimento, e as atribuições dos demais órgãos da entidade;

IX- Aplicar as penalidades disciplinares a seus membros, inclusive suspensão ou cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;

X- Fixar o valor do jeton e das diárias para os membros do Conselho Fiscal Regional;

XI- Fixar o valor do subsídio do Presidente do Conselho Administrativo, e da verba de representação da Presidência, cuja aplicação deverá ser devidamente comprovada;

XII- Estabelecer o limite máximo de remuneração do Superintendente;

XIII- Fixar o valor do jeton e da diária de seus membros;

XIV- Aprovar o Regimento Interno da Administração Regional, no qual deverá constar a estrutura organizacional e suas principais funções;

XV- Solucionar os casos omissos no Regimento Interno

5.1.2. Conselho Fiscal

Base Normativa: Seção III do Regimento Interno do SENAR AR/DF.

Estrutura:

Art. 24 - O Conselho Fiscal Regional será composto de três membros titulares e igual número de suplentes, indicados um pela Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), um pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno (FETADFE), e um pelo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Central, para o mandato de três anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho Administrativo e poderá ser assessorado por auditoria externa de reconhecida idoneidade e experiência.

Atribuições:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária, observando o contido no Relatório de Atividades e pareceres da Auditoria Independente;

II - examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamento anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;

III - Determinar, ao superintendente, a contratação de perícias e auditorias, às expensas da Superintendência, dando ciência ao Conselho Administrativo, sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

IV - Elaborar o seu Regimento Interno e submetê-lo à homologação do Conselho Administrativo.

5.1.3. Superintendência

Base Normativa: Seção II, do Regimento Interno do SENAR AR/DF

Estrutura:

Art. 20 - A estrutura básica da Superintendência compreenderá:

I - Gerência Técnica;

II - Gerência Administrativa e Financeira.

Atribuições:

Art. 19 - A Superintendência será dirigida por um Superintendente, escolhido e nomeado pelo Presidente do Conselho Administrativo.

I- Organizar, administrar e executar, no âmbito do Distrito Federal, o ensino da formação profissional rural e a promoção social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal.

II- Assessorar empresas ou pessoas físicas a elas assemelhadas, na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;

III- Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural;

IV- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional rural e promoção social no Distrito Federal;

V- Prestar assessoria a entidades governamentais e privadas relacionadas com a formação de profissionais rurais e atividades semelhantes;

VI- Articular com órgãos e entidades públicas ou privadas, estabelecendo instrumentos de cooperação;

VII- Encaminhar à Secretaria Executiva, relatório semestral de execução, com base no plano anual de trabalho;

VIII- Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Administração Regional, praticando os atos pertinentes de sua gestão;

IX- Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho Administrativo, os cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias ou com servidor especialmente designado pelo Presidente do Conselho Administrativo;

X- Designar um funcionário (Gerente Administrativo e Financeiro) especialmente para assinar, na ausência do Superintendente, em conjunto com o Presidente do Conselho, cheques para movimentação de contas bancárias específicas, com anuência do Presidente;

XI- Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor no SENAR - Administração Regional do Distrito Federal, oriundas do Conselho Administrativo ou do seu Presidente;

XII- Estabelecer para os gerentes das áreas internas do SENAR - Administração Regional do Distrito Federal, outras atribuições, observada a competência de cada área;

XIII- Admitir os empregados aprovados em processo seletivo, promover, designar, licenciar, transferir, remover e dispensá-los, bem como elogiá-los e aplicar-lhes penalidades disciplinares de acordo com as normas do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal;

XIV- Encaminhar ao Conselho Administrativo, por meio do Presidente, as propostas dos orçamentos anuais e plurianuais e balanço geral, demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal Regional e o relatório anual de atividades;

XV- Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo;

XVI- Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho Administrativo os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência;

XVII- Expedir instruções de serviço visando ao atendimento e cumprimento eficiente dos objetivos do SENAR – Administração Regional do Distrito Federal e das normas editadas pelo Conselho Administrativo.

5.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

Quadro 5.2.1. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo

Conselho Administrativo			
Presidente: Renato Simplício Lopes			
Membros		**Período de Gestão (Triênio)**	**Entidade que Representa**
Titulares	**Suplentes**		
Henrique José Cruz Laender	Carlos César Mota	05/2013 - 05/2016	Produtores Rurais
Paulo Roberto Bonato	Roosevelt Thomé Silva	05/2013 - 05/2016	Produtores Rurais
Romilton José Machado	Carliene dos Santos Oliveira	05/2013 - 05/2016	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do DF
Rosanne Curi Zarattini	Josélio de Andrade Moura	05/2013 - 05/2016	SENAR Administração Central

Quadro 5.2.2. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal			
Presidente: Kelvin Feliciano Feitosa Rodrigues			
Membros		**Período de Gestão**	**Entidade que Representa**
Titulares	**Suplentes**		
Renato Calixto Saliba	Robertson Barbosa da Silva	05/2013 - 05/2016	Produtores Rurais
Everaldo Firmino de Lima	Natal Gomes da Silva	05/2013 - 05/2016	SENAR Administração Central
Kelvin Feliciano Feitosa Rodrigues	Luana Rosa Araújo	05/2013 - 05/2016	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do DF

5.3 Atividades de Correição e Ilícitos Administrativos

Não houve movimentação no período.

5.4. Gestão de Riscos e Controles Internos

Os controles ficam sob responsabilidade dos gestores internos.

5.5. Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

Não houve movimentação no período por parte da UPC, a auditoria é realizada pelo SENAR Administração Central.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de Acesso do Cidadão

O telefone da Instituição e o site www.senardf.org.br, são os principais canais de acesso que o cidadão dispõe, para fins de solicitações, reclamações, denúncias e/ou sugestões; feitas diretamente com objetivo social e de interesse público. Possuem caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, que visam disponibilizar referências à população para que possam usufruir de bens ou serviços. As informações são exibidas com objetividade e clareza, mediante utilização de uma linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

6.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

Os manuais e publicações relacionadas às atividades da Instituição estão publicados no site da instituição no endereço www.senardf.org.br.

Em conformidade com o disposto no Artigo 115 da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, que versa sobre a divulgação trimestral, na respectiva página na internet, em local de fácil visualização, estão os valores arrecadados e a especificação de cada receita e de cada despesa,

constantes dos respectivos orçamentos e discriminadas por natureza, para que o cidadão possa ter acesso às informações, sendo o mesmo acessado na “Página Inicial”, no “Menu Principal” e “Acesso à Informação”. Quanto ao Relatório de Gestão, o mesmo poderá ser acessado seguindo na “Página Principal”, “Menu principal” e clicando em “Relatório de Gestão”.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho Financeiro do Exercício

Com relação ao desempenho financeiro da UPC no exercício de 2015, não resta dúvidas que o resultado foi positivo relacionado frente aos objetivos traçados. Destaque-se a área financeira que, em razão da atuação do setor de arrecadação junto aos contribuintes e profissionais relacionados à área fiscal, promoveu significativo aumento na receita do SENAR AR/DF.

O desenvolvimento das ações, sejam internas ou externas, foi pautado em observância aos princípios e normativos internos e externos aos quais essa UPC se submete, primando sempre pela supremacia da eficiência em toda sua atuação.

Todas as contas bancárias transitam em Banco Oficial Federal, no caso do SENAR AR/DF, o Banco do Brasil. Existem diversas contas correntes que foram abertas exclusivamente para atender uma necessidade específica. No caso das contas correntes de recursos próprios são aquelas destinadas a atender no que tange as atividades meio e fim do SENAR AR/DF. Por conseguinte, as contas correntes de recursos de terceiros foram abertas obrigatoriamente por força de contratos de convênios ou para melhor controle das verbas de terceiros.

A UPC classifica os investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo e os juros são reconhecidos no resultado quando incorridos. As aplicações referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição, não havendo reavaliação de bens patrimoniais. As depreciações são calculadas pelo método linear, baseadas na vida útil dos bens e com percentuais permitidos pela legislação tributária.

7.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A apuração dos custos vem sendo um instrumento balizador para as tomadas de decisões, contudo a UPC ainda não possui um sistema informatizado para tal procedimento, sendo realizada de maneira manual em planilhas excel.

O procedimento para a apuração dos custos se dá entre os departamentos administrativo/financeiro e técnico da seguinte forma:

Os custos são desmembrados em custo direito e custo indireto por ação/atividade, está contemplado no custo direito as seguintes despesas: material de apoio instrucional, refeição dos participantes e instrutores, lanche, pagamento da prestação de serviços do instrutor, mobilização, técnicos do SENAR AR/DF, material didático e deslocamento. Depois de realizada a apuração do custo direto por ação/atividade, o valor apurado é deduzido do valor da despesa total e a diferença é rateada pela quantidade de treinamentos realizados, que compõe o custo indireto.

Do ponto de vista técnico, é possível melhorar os mecanismos para apuração dos custos e proporcionar maior eficiência nos resultados alcançados. Para isso, a UPC iniciou o processo de integralização dos sistemas informatizados, com a finalidade de apresentar relatórios gerenciais com baixos índices de fragilidades para as tomadas de decisões.

7.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.

Tabela 7.4.1 - Demonstrativo das despesas

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
122	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**	**332.000,00**	**-**	**-**	**332.000,00**
0750	**APOIO ADMINISTRATIVO**	**332.000,00**	**-**		**332.000,00**
8701	MANUT. DE SERV. ADMINISTRATIVOS	90.000,00			90.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	90.000,00			90.000,00
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8711	GESTÃO ADMINISTRATIVA	42.000,00			42.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	42.000,00			42.000,00
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8715	ASSIST. FINANCEIRA A ENTIDADES	-	-		-
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	-	-		-
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8777	Pag.de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas -Adm	200.000,00			200.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais	200.000,00			200.000,00
	3-Outras Despesas Correntes	-	-		-
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
128	**FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**	**20.000,00**	**-**	**-**	**20.000,00**
0801	**FORMAÇÃO DE GERENTES E SERVIÇOS**	**20.000,00**	**-**	**-**	**20.000,00**
8718	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS	20.000,00			20.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	20.000,00			20.000,00
	4-Investimentos	-	-		-

	5-Inversão Financeira				-
131	**COMUNICAÇÃO SOCIAL**				**-**
0253	**SERV. COMUNICAÇÃO DE MASSA**				**-**
8719	DIVULG. DE AÇÕES INSTITUCIONAIS				-
212	**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**				**-**
0681	**GESTÃO DA PART. EM ORG. INTERNAC.**				**-**
8753	CONTRIB. A ORG. INTERNACIONAIS				-
301	**ATENÇÃO BÁSICA**	**34.000,00**	**-**	**-**	**34.000,00**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**34.000,00**	**-**		**34.000,00**
8703	ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERV.	34.000,00			34.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	34.000,00			34.000,00
	4-Investimentos				-
	5-Inversão Financeira				-
306	**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**	**34.000,00**	**-**	**-**	**34.000,00**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**34.000,00**	**-**	**-**	**34.000,00**
8705	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERV. E EMP.	34.000,00			34.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	34.000,00			34.000,00
	4-Investimentos				-
	5-Inversão Financeira				-
331	**PROTEÇÃO E BENEF. AO TRABALHADOR**	**302.000,00**	**-**		**302.000,00**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**2.000,00**	**-**	**-**	**2.000,00**
8706	AUX. TRANSP. AOS SERV. E EMPREG.	2.000,00			2.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais	-			
	3-Outras Despesas Correntes	2.000,00			
	4-Investimentos				
	5-Inversão Financeira				
0108	**MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA TRAB.**	**300.000,00**	**-**	**-**	**300.000,00**
8788	PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	300.000,00		-	300.000,00
	1-Pessoal e encargos Sociais				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				
	3-Outras Despesas Correntes	300.000,00			300.000,00

	1-Recursos Própios	300.000,00			300.000,00
	2-Recursos de Terceiros				
	4-Investimentos				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				
	5-Inversão Financeira				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				
333	**EMPREGABILIDADE**	**2.475.000,00**	**2.121.467,39**	**(782.909,47)**	**353.532,61**
0101	**QUALIFICAÇÃO PROF. DO TRABALHADOR**	**2.475.000,00**	**2.121.467,39**	**-**	**353.532,61**
8729	QUALIF. PROF. ÁREA AGROP. E AGROIND.	**2.475.000,00**	**2.121.467,39**	-	353.532,61
	1-Pessoal e encargos Sociais	**900.000,00**	**-**	-	**900.000,00**
	1-Recursos Próprios	600.000,00		-	600.000,00
	2-Recursos de Terceiros	300.000,00		-	300.000,00
	3-Outras Despesas Correntes	**1.540.000,00**	**2.121.467,39**	**(782.909,47)**	**(581.467,39)**
	1-Recursos Próprios	980.000,00	778.557,92	-	201.442,08
	2-Recursos de Terceiros	560.000,00	1.342.909,47	(782.909,47)	
	4-Investimentos	**35.000,00**	-	-	35.000,00
	1-Recursos Própios	35.000,00		-	35.000,00
	2-Recursos de Terceiros	-		-	-
	5-Inversão Financeira	-		-	-
	1-Recursos Própios	-		-	-
	2-Recursos de Terceiros	-		-	-
	TOTAL DAS DESPESAS	**3.197.000,00**	**2.121.467,39**	**-782.909,47**	**1.075.532,61**
999-Informações Contábeis Complementares					15.639,68
1-Depreciação					15.639,68
2-Baixa do Bens					0,00
3-Investimentos (Aquisição de Bens Imobilizado e Intangível					0,00
	Total Geral	**3.197.000,00**	**2.121.467,39**	**-780.909,47**	**1.091.172,29**

Tabela 7.4.2 - Demonstrativo das receitas

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
1000.00.00	**RECEITAS CORRENTES**	**3.937.500,00**	**3.585.806,05**	**34.664,50**	**386.358,45**
1200.00.00	**RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**	**2.392.500,00**	**2.052.155,66**	**2.780,14**	**340.344,34**
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.392.500,00	2.052.155,66		340.344,34
1210.39.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	2.132.500,00	1.789.375,52	-	343.124,48
1300.00.00	**RECEITA PATRIMONIAL**	**45.000,00**	**48.884,36**	**3.884,36**	
1310.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIAS	-	-	-	-
1311.00.00	ALUGUÉIS	-	-	-	-
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	45.000,00	48.884,36	3.884,36	
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	45.000,00	48.884,36	3.884,36	
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	-	-
1600.00.00	**RECEITAS E SERVIÇOS**	**-**	**-**	**-**	**-**
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	-	**-**	**-**	-
1700.00.00	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**1.500.000,00**	**1.484.766,03**	**28.000,00**	
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			-	-
1730.01.00	RADI	260.000,00	262.780,14	2.780,14	
1730.02.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTI.PRIVADAS	89.000,00	117.000,00	28.000,00	
1760.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS**	**1.411.000,00**	**1.367.766,03**	-	43.233,97
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.411.000,00	1.367.766,03	-	43.233,97
1900.00.00	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**-**	**-**	**-**	**-**
1912.00.00	MULTAS E JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
1912.99.00	MULTAS E JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
1920.00.00	IDENIZAÇÃO E RESTRIÇÕES	-	-	-	-
1921.00.00	IDENIZAÇÕES	**-**	**-**	**-**	-
1922.00.00	RETISTUIÇÕES	**-**	**-**	**-**	-
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	**-**	**-**	**-**	-
1990.98.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	-	-	-	-
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-
2000.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**	**-**		**-**	**-**

2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-
2219.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-
2500.00.00	**OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**	**-**	**-**	**-**	**-**
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-
	TOTAL	**3.937.500,00**	**3.585.806,05**	**34.664,50**	**386.358,45**

Tabela 7.4.3 - Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015

(Em reais)

ATIVO	2014	2015	PASSIVO	2014	2015
CIRCULANTE	**1.015.756**	**1.283.954**	**CIRCULANTE**	**387.568**	**258.655**
DISPONIBILIDADES	**809.917**	**1.047.633**	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**387.568**	**258.655**
Caixa					
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios	2.768	706	Relações entre Unidades	197.662	58.136
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	3.827	606	Convênios a Realizar	187.500	197.836
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	619.648	849.091	Provisões Trabalhistas	2.405	2.683
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	183.673	197.230			
REALIZÁVEL CURTO PRAZO	**205.840**	**236.321**			
Contas a Receber					
Dotações Orçamentárias a Receber	171.853	208.294			
Estoque de Consumo	2.497	9.552			
Adiantamentos a Terceiros	31.490	18.475			
NÃO CIRCULANTE	**823.890**	**809.120**	**NÃO CIRCULANTE**	**0**	**0**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**0**	**0**	**EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO**	**0**	**0**
Direitos de Longo Prazo			Obrigações a Longo Prazo		
INVESTIMENTOS	**0**	**0**			
Investimentos Diversos					
IMOBILIZADO	**823.890**	**809.120**	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**1.452.079**	**1.834.419**
Bens Tangíveis			**ACERVO PATRIMONIAL**		
Bens Móveis	326.403	353.399	Resultado Acumulado	1.292.802	1.452.079
(-) Depreciações Acumuladas	(222.387)	(264.154)	Resultado do Exercício	159.277	382.340
Bens Imóveis	719.875	719.875			
(-) Depreciações Acumuladas					
Ativo Compensado			**Passivo Compensado**		
Valores em poder de Terceiros			Bens Cedidos em Comodato		
TOTAL DO ATIVO	**1.839.647**	**2.093.074**	**TOTAL DO PASSIVO + PL**	**1.839.647**	**2.093.074**

Tabela 7.4.4 - Demonstração do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015

(Em reais)

	2014	2015
RECEITAS	**3.585.806**	**3.538.343**
RECEITAS OPERACIONAIS	**2.052.156**	
Contribuições Sociais	2.052.156	2.758.114
(+) Receitas Financeiras	48.884	77.813
(+) Receitas Convênios	1.484.766	678.315
(+) Receitas Diversas		24.100
DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.426.529)**	**(3.156.003)**
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	(758.415)	(880.054)
(-) Serviços de Terceiros	(820.767)	(1.166.250)
(-) Material de Consumo	(138.084)	(195.505)
(-) Despesas Bancárias / Financeiras	(2.181)	(2.950)
(-) Despesas com Gestores	(171.916)	(186.771)
(-) Despesas de Convênios / Termos de Cooperação	(1.484.266)	(678.315)
(-) Programas Especiais		
(-) Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	(28.268)	(41.766)
(-) Doação de Bens	(21.266)	
(-) Outras Perdas	(1.367)	
(-) Perda na Alienação/Baixa Bens		(4.392)
RESULTADO OPERACIONAL	**159.277**	**382.340**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**159.277**	**382.340**

Tabela 7.4.5 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2013	**1.292.803**	**-**	**-**	**1.292.803**
Déficit/Superávit do Exercício	159.277			
Saldo em 31/12/2014	**1.452.080**	**-**	**-**	**1.452.080**

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2014	**1.452.080**	**-**	**-**	**1.452.080**
Déficit/Superávit do Exercício	382.340			
Saldo em 31/12/2015	**1.834.420**	**-**	**-**	**1.834.420**

Tabela 7.4.6 - Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto Lei nº. 11.638 de 28/12/2007

		31/12/2014	31/12/2015
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit / Déficit do Exercício		**159.277**	**382.340**
Ajustes por:			
(+) Depreciação		28.268	41.766
(-) Lucro na Alienação de Imobilizado			
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado		**187.545**	**424.106**
Variações no Ativo	**(-)**	**53.837**	**30.481**
Contas a Receber			
Dotações a Receber		59.274	36.441
Adiantamento a Terceiros		5.265	13.015
Estoques de Consumo		172	7.055
Variações no Passivo	**(+)**	**288.186**	**(128.913)**
Convênios a Realizar		88.118	10.336
Credores Diversos		197.662	139.526
Provisões Trabalhistas		2.405	278
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(=)**	**529.567**	**264.712**
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Recebimento pela Alienação/Sinistro de Imobilizado			
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado		7.243	26.996
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	**(-)**	**7.243**	**26.996**
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Recebimentos por Empréstimos			
(-) Pagamento de Empréstimos			
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**(+)**	**0**	**0**
Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2 + 3)	**(=)**	**536.810**	**237.716**
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa	**(=)**	**536.810**	**237.716**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**(-)**	273.107	809.917
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**(+)**	809.917	1.047.633

Tabela 7.4.7 - Demonstrativo de despesas

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
122	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**	**332.000,00**	**301.270,71**	**-**	**30.729,29**
0750	**APOIO ADMINISTRATIVO**	**332.000,00**	**301.270,71**		**30.729,29**
8701	MANUT. DE SERV. ADMINISTRATIVOS	90.000,00	76.846,05		13.153,95
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	90.000,00	76.846,05		13.153,95
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8711	GESTÃO ADMINISTRATIVA	42.000,00	37.354,20		4.645,80
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	42.000,00	37.354,20		4.645,80
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8715	ASSIST. FINANCEIRA A ENTIDADES	-	-		-
	1-Pessoal e encargos Sociais	-	-		-
	3-Outras Despesas Correntes	-	-		-
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
8777	Pag.de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas -Adm	200.000,00	187.070,46		12.929,54
	1-Pessoal e encargos Sociais	200.000,00	187.070,46		12.929,54
	3-Outras Despesas Correntes	-	-		-
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira	-	-		-
128	**FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**	**20.000,00**	**14.996,73**	**-**	**5.003,27**
0801	**FORMAÇÃO DE GERENTES E SERVIÇOS**	**20.000,00**	**14.996,73**	**-**	**5.003,27**
8718	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS	20.000,00	14.996,73		5.003,27
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	20.000,00	14.996,73		5.003,27
	4-Investimentos	-	-		-
	5-Inversão Financeira				-
131	**COMUNICAÇÃO SOCIAL**				

					-
0253	**SERV. COMUNICAÇÃO DE MASSA**				**-**
8719	DIVULG. DE AÇÕES INSTITUCIONAIS				-
212	**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**				**-**
0681	**GESTÃO DA PART. EM ORG. INTERNAC.**				**-**
8753	CONTRIB. A ORG. INTERNACIONAIS				-
301	**ATENÇÃO BÁSICA**	**34.000,00**	**29.827,79**	**-**	**4.172,21**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**34.000,00**	**29.827,79**		**4.172,21**
8703	ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERV.	34.000,00	29.827,79		4.172,21
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	34.000,00	29.827,79		4.172,21
	4-Investimentos				-
	5-Inversão Financeira				-
306	**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**	**34.000,00**	**33.657,06**	**-**	**342,94**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**34.000,00**	**33.657,06**	**-**	**342,94**
8705	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERV. E EMP.	34.000,00	33.657,06		342,94
	1-Pessoal e encargos Sociais				-
	3-Outras Despesas Correntes	34.000,00	33.657,06		342,94
	4-Investimentos				-
	5-Inversão Financeira				-
331	**PROTEÇÃO E BENEF. AO TRABALHADOR**	**302.000,00**	**299.482,74**		**2.517,26**
0100	**ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**	**2.000,00**	**958,32**	**-**	**1.041,68**
8706	AUX. TRANSP. AOS SERV. E EMPREG.	2.000,00	958,32		1.041,68
	1-Pessoal e encargos Sociais	-			
	3-Outras Despesas Correntes	2.000,00	958,32		
	4-Investimentos				
	5-Inversão Financeira				
0108	**MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA TRAB.**	**300.000,00**	**298.524,42**	**-**	**1.475,58**
8788	PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	300.000,00	298.524,42	-	1.475,58
	1-Pessoal e encargos Sociais				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				

	3-Outras Despesas Correntes	300.000,00	298.524,42		1.475,58
	1-Recursos Própios	300.000,00	298.524,42		1.475,58
	2-Recursos de Terceiros				
	4-Investimentos				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				
	5-Inversão Financeira				
	1-Recursos Própios				
	2-Recursos de Terceiros				
333	**EMPREGABILIDADE**	**2.475.000,00**	**2.430.609,53**	**172.294,44**	**126.589,48**
0101	**QUALIFICAÇÃO PROF. DO TRABALHADOR**	**2.475.000,00**	**2.430.609,53**	**-**	**-**
8729	QUALIF. PROF. ÁREA AGROP. E AGROIND.	**2.475.000,00**	**2.430.609,53**	-	
	1-Pessoal e encargos Sociais	**900.000,00**	**786.954,37**	**13.543,85**	
	1-Recursos Próprios	600.000,00	613.543,85	13.543,85	
	2-Recursos de Terceiros	300.000,00	173.410,52	-	126.589,48
	3-Outras Despesas Correntes	**1.540.000,00**	**1.643.655,16**	**158.750,59**	**90.095,43**
	1-Recursos Próprios	980.000,00	1.138.750,59	158.750,59	
	2-Recursos de Terceiros	560.000,00	504.904,57		55.095,43
	4-Investimentos	**35.000,00**	-	-	35.000,00
	1-Recursos Própios	35.000,00		-	35.000,00
	2-Recursos de Terceiros	-		-	-
	5-Inversão Financeira	-		-	-
	1-Recursos Própios	-		-	-
	2-Recursos de Terceiros	-		-	-
	TOTAL DAS DESPESAS	**3.197.000,00**	**3.109.844,56**	**172.294,44**	**259.449,88**
999-Informações Contábeis Complementares					
1-Depreciação			41.766,30		
2-Baixa do Bens			4.392,00		
3-Investimentos (Aquisição de Bens Imobilizado e Intangível			31.388,00		
	Total Geral	**3.197.000,00**	**3.187.390,86**		

Tabela 7.4.8 - Demonstrativo de receitas

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
1000.00.00	**RECEITAS CORRENTES**	**3.197.000,00**	**3.538.342,58**	**670.786,85**	**329.444,27**
1200.00.00	**RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**	**2.120.000,00**	**2.758.114,12**	**638.114,12**	**19.859,36**
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.120.000,00	2.758.114,12	638.114,12	19.859,36
1210.39.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	1.800.000,00	2.457.973,48	657.973,48	
1300.00.00	**RECEITA PATRIMONIAL**	**65.000,00**	**77.813,37**	**12.813,37**	
1310.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIAS	-	-	-	-
1311.00.00	ALUGUÉIS	-	-	-	-
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	65.000,00	77.813,37	12.813,37	
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	65.000,00	77.813,37	12.813,37	
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	-	-
1600.00.00	**RECEITAS E SERVIÇOS**	**-**	**-**	**-**	**-**
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	-	**-**	**-**	-
1700.00.00	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**860.000,00**	**678.315,09**		**181.684,91**
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	**743.000,00**	**561.315,09**	-	181.684,91
1730.01.00	RADI	320.000,00	300.140,64		19.859,36
1730.02.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INST.PRIVADAS	743.000,00	561.315,09		181.684,91
1760.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS**	**117.000,00**	**117.000,00**	-	-
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	117.000,00	117.000,00	-	-
1900.00.00	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**152.000,00**	**24.100,00**	**-**	**127.900,00**
1912.00.00	MULTAS E JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
1912.99.00	MULTAS E JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
1920.00.00	IDENIZAÇÃO E RESTRIÇÕES	-	-	-	-
1921.00.00	IDENIZAÇÕES	**-**	**-**	**-**	-
1922.00.00	RETISTUIÇÕES	**-**	**-**	**-**	-
1990.00.00	**RECEITAS DIVERSAS**	**152.000,00**	**24.100,00**	**-**	127.900,00
1990.98.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	-	-	-	-
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	152.000,00	24.100,00	-	127.900,00
2000.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**	**-**		**-**	**-**
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-

2219.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-
2500.00.00	**OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**	**-**	**-**	**-**	**-**
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-
	TOTAL	**3.197.000,00**	**3.538.342,58**	**670.786,85**	**329.444,27**

7.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

01 – Contexto operacional – O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. É uma Instituição de Direito Privado, Paraestatal, mantida com recursos provenientes da contribuição compulsória sobre a comercialização de produtos agrossilvipastoris.

Foi criado pela Portaria de nº 06 em 19 de outubro de 1.995, pelo Presidente do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central a Administração Regional do Distrito Federal. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal, inscrito sob o CNPJ 04.275.413/0001-30, vinculado à Federação da Agricultura Pecuária do Distrito Federal – FAPE-DF, dirigido por um Conselho Administrativo (colegiado), constituído de representantes da Administração Central do SENAR, dos trabalhadores e dos produtores rurais, também conta com um Conselho Fiscal composto por membros da FAPE-DF, SENAR Administração Central e Federação dos Trabalhadores FETADFE. O objetivo do SENAR-AR/DF é organizar, administrar e executar, no território do Distrito Federal, o ensino da Formação Profissional Rural – FPR e a Promoção Social- PS de profissionais da atividade rural e dos trabalhadores de agroindústrias e suas famílias, que atuem exclusivamente na produção de origem animal e vegetal.

02 – Contabilização: As demonstrações contábeis são elaboradas com base nas práticas adotadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Lei 6.404/76, com alterações da lei nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, e as demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho Fiscal Regional, em 11 de abril de 2016 e pelo Conselho Administrativo em 12 de abril de 2016, ambos com parecer favorável a aprovação da prestação de Contas do Exercício de 2015.

03 - Principais Práticas Contábeis: Apuração do Superávit / Déficit. Regime de competência para as Receitas e Despesas.

04 - Aplicações Financeiras: As aplicações são feitas em CDB-DI, acrescidas os rendimentos proporcionais até a data do encerramento do exercício em conta específica no Banco do Brasil. Está suspensa à cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos da aplicação Financeira, a regional optou em não fazer as provisões contábeis para eventuais contingências

decorrentes da não retenção do referido tributo, Tendo em vista que o SENAR DF possui imunidade de IRPJ por se tratar de Instituição de educação sem fins lucrativos conforme (CF/1988, art. 150, VI, "c")

05 – Dotações Orçamentárias a Receber: As Dotações Orçamentárias a Receber no valor de R$ 208.293,83 (Duzentos e oito mil duzentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos) reconhecida em dezembro de 2015 e liquidada em janeiro de 2016.

06 – Adiantamentos: O saldo de adiantamento se dá as despesas com pessoal e encargos do Programa PRONATEC no valor de R$ 18.475,37 (dezoito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos), será liquidado em janeiro de 2016.

07 – Estoque: O controle de estoque é feito por meio do programa específico, onde são registradas as entradas e saídas de materiais por grupos. O método utilizado para controle é o custo médio ponderado.

08 – Antecipações a Empregados: Não se aplica a Instituição.

09 – Realizável Longo Prazo: Não se aplica a Instituição

10 – Imobilizações: Os bens do Ativo Imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição, não havendo reavaliação de bens, ajustados pelas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear e baseadas na vida útil do bem permitidos pela Legislação Tributária. Orçamentariamente estão previstas aquisições de bens para manutenção da estrutura da Regional, entretanto, não compõem as despesas realizadas, pois os bens são contabilizados no ativo imobilizado. Baixado bens conforme ocorrência nº 46946/2015-1 DICOE e relatório da Comissão Permanente de Licitações.

11 – Consignações s/ Folha: O saldo encontra-se zerado devido ao recolhimento da contribuição sindical no exercício.

12 – Obrigações Previdenciárias: As obrigações previdenciárias encontram-se devidamente conciliadas e zeradas devido a Regional entrar em férias coletivas e antecipar as obrigações.

13 – Obrigações Tributárias: As obrigações tributárias também estão devidamente conciliadas e zeradas devido a Regional entrar em férias coletivas e antecipar as obrigações.

14 – Fornecedores: As aquisições feitas pela Regional são com pagamento à vista.

15 – Movimentação entre Unidades: Empréstimo concedido pelo SENAR Administração Central no valor de R$ 232.544,00, será descontado no crédito mensal da Arrecadação que a

Administração Central repassa a Regional. O valor a ser descontado é de R$ 58.136,00 (cinqüenta e oito mil cento e trinta e seis reais).

16 – Convênios a Realizar: Os valores de convênios PRONATEC, Bônus de Arrecadação as Administrações Regionais – BAR e Rede e-Tec pactuados com o SENAR Administração Central e assim que realizados serão contabilizados de acordo com a Nota Técnica nº041/DAF/2013 da Aplicabilidade da Resolução do CFC Nº 149/12 que aprova a ITG 2002 Entidades sem Finalidade de Lucros. O saldo de R$ 197.835,89 (cento e noventa e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos), é equiparado ao do Ativo Circulante contas 1013 Banco Convênios e 1019 Aplicações Financeiras.

17 – Provisões Trabalhistas e Tributárias: São contabilizadas mensalmente as provisões trabalhistas para férias e 13º salário, incluindo os encargos. Conforme citado na Nota VII que trata das férias coletivas, este valor de R$ 2.682,86 (dois mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos), é devido à provisão de férias de uma funcionária que se encontra fazendo uso do benefício auxílio doença.

18 - PATRIMÔNIO SOCIAL: A rubrica "Patrimônio Social" é representada pelos superávits e déficits acumulados.

19 – Demonstrativos de Despesas/Receitas: Demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas, comparando o previsto com o executado do ponto de vista da execução orçamentária, evidenciamos a variação significativa entre os valores orçados e realizados. O valor orçado das receitas correntes é de R$ 3.197.000,00 (três milhões, cento e noventa e sete mil reais), e efetivada o valor R$ 3.538.342,58 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e cinqüenta e oito centavos), registramos o aumento de 10,68%. Destacamos as receitas de contribuições, orçadas no valor de R$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais), e arrecadadas o valor de R$ 2.758.114,12 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil cento e quatorze reais e doze centavos), registrando um aumento de 30,10%, e as receitas de transferências de instituições privadas orçadas no valor de R$ 743.000,00 (setecentos e quarenta e três mil reais), e realizadas R$ 561.315,09 (quinhentos e sessenta e um mil trezentos e quinze reais e nove centavos), o reconhecimento desta receita em percentuais negativo de -24,45%, devido realização parcial dos Programas Especiais: Pronatec, Rede e-Tec Brasil, ABC Cerrado e Assistência Técnica e Gerencial.

O valor orçado para as despesas é de R$ 3.197.000,00 (três milhões, cento e noventa e sete mil reais), e efetivada o valor de R$ 3.109.844,56 (três milhões, cento e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e seis centavos). Destacamos o código 8729 Qualificação Prof. Área Agrop. e Agroindústria - Recursos Próprios, orçados em R$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais) e realizados o valor de R$ 1.752.294,44 (um milhão, setecentos e cinqüenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), realizando a mais do programado o valor de R$ 172.294,44 (cento e setenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), que representa o percentual de 10,91%.

Em virtude da disponibilidade financeira e oportunidades não previstas, foi realizado a mais 18 (dezoito) ações de Formação Profissional Rural – FPR de acordo com a programação do Plano Anual de Trabalho – PAT, devido demandas emergenciais advindas dos novos parceiros, com a finalidade de atender o produtor rural, por esta razão o valor orçado ficou aquém do executado.

Considerando que a UPC realizou a mais do orçado o valor de R$ 172.294,44 (cento e setenta e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), na atividade fim código 8729 Qualificação Prof. Área Agrop. e Agroindústria - Recursos Próprios, foi solicitado ao SENAR Administração Central a transferência de verba orçamentária, e a mesma foi concedida. O SENAR AR/DF emitiu a Resolução "Ad Referendum" nº 002/2015 de 18/12/2015, ratificando a transferência, com a finalidade de prestar contas aos membros dos Conselhos.

Quadro demonstrativo:

CÓDIGO	EMPREGABILIDADE	ORÇADO	REALIZADO
8729	Qualificação Prof. Área Agrop. e Agroindústria	1.580.000,00	1.752.294,44
	Orçamento transferido pelo SENAR Administração Central	172.294,44	
	TOTAL	**1.752.294,44**	**1.752.294,44**

20 – Demonstração do Resultado do Exercício: Houve crescimento das Receitas Operacionais motivadas pela movimentação de receitas de Contribuições Sociais. Após confronto

das Receitas com as Despesas foi apurado um resultado superavitário de R$ 382.340,00 (trezentos e oitenta e dois mil trezentos e quarenta reais).

21 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido: Nessa demonstração é possível observar a movimentação da conta que integra o Patrimônio Líquido ao longo do exercício. Em 2015 ocorreu superávit, causando uma variação positiva no PL de 26,33%.

22 – Relação de Despesas: A Regional cumpriu com o disposto do Regimento Interno da aplicabilidade dos recursos utilizados, 84,34% na atividade fim e 15,66% na atividade meio.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1. Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 8.1.1.1. Força de Trabalho — Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos	Egressos
1. Empregados em Cargos Efetivos	**14**	**4**	**1**
2. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0
3. Total de Empregados (1+2)	**14**	**4**	**1**

Fonte: Sistema RM Labore - SRH

Quadro 8.1.1.2.. Distribuição da Lotação Efetiva — Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregados em Cargos Efetivos	8	6
2. Empregados com Contratos Temporários	0	0
3. Total de Empregados (1+2)	8	6

Fonte: Sistema RM Labore – SRH

Quadro 8.1.1.3. Detalhamento da estrutura de funções gratificadas

Tipologias das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas				
1.1. Empregados de Carreira Vinculados a Unidade				
1.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
2. Total de Empregados com Funções Gratificadas (1+2)				

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 8.1.2.1. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Total
			Gratificações	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis	
Empregados de Carreira que não ocupam cargo/função gratificada							
Exercícios	2015	518.772,60	-0-	-0-	171.540,69	152.052,92	842.366,21
	2014	428.724,88	-0-	-0-	144.697,49	124.452,28	697.874,65
Empregados ocupantes de Funções gratificadas							
Exercícios	2015						
	2014						
Empregados cedidos com ônuss							
Exercícios	2015						
	2014						

Fonte: Sistema RM Labore – SRH

8.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

1. A UPC disponibiliza regulamento de pessoal, aplica avaliação de desempenho anual e possui plano de cargos e salários devidamente aprovados pelo Conselho Administrativo. Nos regulamentos contemplam a Legislação Trabalhista vigente do país e as normas que regem, de forma a minimizar a quase zero um futuro passivo trabalhista.

2. Outro ponto a ser observado e, de fundamental importância para se atingir os objetivos definidos é o processo de recrutamento e seleção, que na UPC é composto de quatro etapas (análise curricular, prova de conhecimento, testes psicológico e entrevista) e permite à organização atrair candidatos de acordo com o perfil requerido, potencialmente qualificados, dentre os quais serão selecionados os futuros empregados, com base na descrição e análise de cargo. Para tanto, não basta somente atrair candidatos qualificados, é necessário investir em capacitação de colaboradores, pois isso desenvolve habilidades, capacidade intelectual e técnica, que enriquece e inova os resultados da organização. Por meio do treinamento profissional o colaborador adquire características de pró-atividade, conhecimento sobre as necessidades específicas da UPC, do setor e, até mesmo, adquire conhecimento para capacitar outras pessoas.

3. Risco de Acesso de Terceiros na UPC é minimizado depois de instalada porta eletrônica com senha e visor de identificação, quando terceiros solicitam acesso para entrada ele é identificado por meio do visor e com isso melhora-se a segurança dos empregados.

4. Risco de Saúde Ocupacional: A UPC oferece a seus empregados plano de saúde e odontológico, com isso, assegura o atendimento da sua necessidade voltada à saúde por meio de diversos locais de atendimento proporcionando agilidade e segurança

8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

8.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não houve movimentação no período

8.2.2 Informações Sobre os Imóveis Locados de Terceiros

Não houve movimentação no período.

8.3 Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 Principais Sistemas de Informações

Quadro 8.3.1.1. Relação de Sistemas

Sistemas	Função	Usuários
SIGAS	Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação do SENAR.	SENAR Administração Central e Administração Regional
SEO	Sistema de Elaboração Orçamentária	SENAR Administração Central e Administração Regional
RM Saldus	Sistema Contábil.	Departamento administrativo/financeiro
SENAR nas Nuvens	Sistema de Gestão de açãoes/atividades integrado a Administração Central.	SENAR Administração Central e Administração Regional
SISTEC	Sistema de informações sobre cursos técnicos de nível médio do programa PRONATEC	Administração Regional
GAS	Sistema de gerenciamento das ações/atividades	SENAR Administração Central e Administração Regional

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Não houve movimentação no período.

8.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obra.

Não se aplica. O SENAR não compõe a Administração Pública, seja direta ou indireta. Por esta razão, o SENAR não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública e não possui, até o momento, Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS).

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de Determinação e Recomendações do TCU

Quadro 9.1.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.947/2014-1	4121/2015- TCU 1ª CAMARA	3.2.1.2	21/07/2015	07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.1 determinar ao Senar-DF que se pronuncie e informe ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, no prazo de sessenta dias, acerca do cumprimento das recomendações do controle interno referente à correção das fragilidades evidenciadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O prazo de sessenta dias foi cumprido. A Comissão Permanente de Licitações e Contratos iniciou o processo de aquisição do sistema para integrar os processos financeiros, orçamentários e de pessoal, na modalidade carta convite, neste processo foi formalizado rotinas relacionadas ao planejamento de contratações de desenvolvimento e implantação de sistema. Acatamos a orientação da CGU – Controladoria Geral da União, que o prazo para finalizar em 2017, conforme apresentado no Plano de Providência Permanente não é viável, solicitamos a prorrogação do mesmo para finalização em novembro de 2016.				

9.2 Tratamentos de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 9.2.1. Recomendações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da recomendação da CGU				
Exercício	Processo	Relatório	Item	Data do Relatório
2013	00190.013672/2014-07	201408019	3.2.1.2	22/08/2014
Constatação				
Deficiências na gestão da tecnologia da informação do SENAR-AR/DF, com falhas em contratos quanto a cláusulas de segurança da informação e na automação dos processos financeiro, orçamentário e de pessoal.				
Descrição da recomendação				
Recomendação 1: Criar controles internos que garantam a inserção de cláusulas de confidencialidade em contratos com terceiros que tenham acesso a dados sigilosos de responsabilidade do SENAR-AR/DF, bem como a assinatura de termos de confidencialidade por profissionais das empresas contratadas. Recomendação 2: Formalizar rotinas relacionadas ao planejamento de contratações de desenvolvimento e implantação de sistemas, com avaliação e descrição de todos os serviços necessários e estabelecimento da propriedade para o SENAR-AR/DF das bases de dados. Recomendação 3: Automatizar por meio de sistema(s) integrado(s) os processos financeiros, orçamentários e de pessoal da entidade, internalizando a execução completa destes processos e garantindo a integração com o sistema contábil da entidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Comissão Permanente de Licitações e Contratos iniciou o processo de aquisição do sistema para integrar os processos financeiros, orçamentários e de pessoal, na modalidade carta convite, neste processo foi formalizado rotinas relacionadas ao planejamento de contratações de desenvolvimento e implantação de sistema. Acatamos a orientação desta controladoria, que o prazo para finalizar em 2017, conforme apresentado no Plano de Providência Permanente não é viável, solicitamos a prorrogação do mesmo para finalização em novembro de 2016.				

9.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se Aplica. As contratações de obras, serviços, compras e alienações do SENAR são precedidas de licitação obedecidas pelo disposto no Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, aprovado pela Resolução nº 001/0CD de 22/02/2006.

10 ANEXOS E APÊNDICES

SENAR
Distrito Federal

Presidente do Conselho Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 PCA

O Presidente do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR DF, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, inciso IV, do Regimento Interno do SENAR – DF de 09 de Fevereiro de 2012.

Considerando: a necessidade desta Regional de transferência de verba orçamentária no valor de R$ 172.294,44 (Cento e setenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para a rubrica **0101 – Qualificação Profissional do Trabalhador – CÓD 8729 – Qualificação Profissional para Área Agropecuária e Agroindústria** e;

Considerando: entendimento com o SENAR Administração Central;

RESOLVE:

1. Aprovar "ad referendum" a transferência da verba orçamentária do SENAR Administração Central para a Administração Regional do Distrito Federal

Brasília-DF, 18 de Dezembro de 2015.

RENATO SIMPLÍCIO LOPES
Presidente do Conselho Administrativo

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal
SEPS 709/908 Lote D - 3º Andar - CEP: 70390-089 - Brasília – DF
Fone/Fax: (61) 3047-5406 - www.senardf.org.br - senar@senardf.org.br

SENAR
Distrito Federal

Ata 39 – SENAR-AR/DF

Ata Reunião do Conselho Fiscal

11/04/2016

Às oito horas e trinta minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, na sede do Senar AR/DF, localizada no SEPS 709/909, bloco D, Setor de Edifícios Públicos Sul- Brasília-DF, CEP 70.390-089, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal para aprovação dos itens correspondentes a pauta: 1) Eleição de Presidente, conforme Regimento Interno; 2) Prestação de Contas do 3º quadrimestre e exercício de 2015; 3) Relatório de Gestão 2015; 4) Assuntos Gerais. 1) Na sequência o presidente informa aos conselheiros que de acordo com o Regimento Interno Art. 27 – "Na primeira reunião do Conselho Fiscal Regional de cada ano Civil, será eleito, dentre seus membros, o presidente do Colegiado, exercendo o mandato até 31 de Dezembro do ano em que for eleito, vedada a recondução para o período imediato". Inicia-se a votação, onde foi eleito como presidente, pelos membros do Conselho Fiscal da Regional, o senhor Everaldo Firmino de Lima. Em seguida, os conselheiros procederam à assinatura do Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física. 2) O presidente do Conselho Fiscal, dá início à reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e da contadora Simone Elias Machado. Foi solicitada a presença do Gerente Técnico, Anderson Roberto Assunção Vieira, para explanar sobre as ações de FPR, atividades de PS e Programas Especiais. A seguir foi convidado o agente arrecadador, Marco Vinício Vieira Lima, para explanar sobre a Arrecadação. Na sequência é feita a análise da prestação de contas referente ao terceiro quadrimestre de dois mil e quinze, com o apoio da contadora, Simone Elias Machado, contendo: Notas Explicativas, Balancete Analítico, Movimento de Caixa, Conciliação Bancária, Extratos Bancários, Conciliação Bancária Convênios, Extratos Bancários, Inventário de Estoque, Inventário, Demonstração da Conta Imobilizado, Demonstrativo do Resultado, Enquadramento das Despesas, Ações Realizadas – BAR – Bônus de Arrecadação para as Administrações Regionais, Relatório de Atividades, Ações de Formação Profissional Rural Realizadas, Atividades de Promoção Social Realizadas, Programas Especiais Realizados, Outros Programas Realizados, Custo Direto das Ações de FPR, Custo Direto das Atividades de Promoção Social, Custo Direto dos Programas Especiais, Custo Direto de Outras Atividades, Custo Total das Ações de FPR, Custo Total das Atividades PS, Custo dos Treinamentos, Quadro Comparativo das Ações Programadas e Realizadas – FPR, Quadro Comparativo das Atividades Programadas e Realizadas – PS, Programas Especiais, Analisado e aprovado. Dando prosseguimento foram analisados os documentos constantes na Prestação de Contas do exercício de dois mil e quinze composta de: Demonstrativo de Receitas Exercício de 2015, Demonstrativo de Despesas Exercício de 2015, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Despesas do Exercício, Notas Explicativas, Balancete Analítico Exercício 2015 e Relatório de Gestão. Analisado e aprovado. Ressaltou-se que a documentação da

SENAR
Distrito Federal

Prestação de Contas do terceiro quadrimestre e exercício de dois mil e quinze foi enviada, antecipadamente, para apreciação dos Conselheiros. 3) Dando prosseguimento foi analisado o Relatório de Gestão do Exercício de dois mil e quinze. Analisado e aprovado. Em seguida os presentes analisaram os documentos do Extra Contábil, contendo OF/CIRC/Nº 011/PRES/CF Senar Administração Central, Relatório de Análise Conselho Fiscal Senar Adm Central 2º Quad. 2015, Relatório dos Auditores Independentes, acatado sem ressalvas. 4) A seguir foram discutidos Assuntos Gerais. Nada mais havendo a relatar, a reunião foi encerrada às 12 horas.

CONSELHO FISCAL	ASSINATURA
Renato Calixto Saliba Presidente	
Kelvin Feliciano Feitosa Rodrigues	
Everaldo Firmino de Lima	

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal
SEPS 709/908 Lote D – 3º Andar - CEP: 70390-089 - Brasília – DF
Fone/Fax: (61) 3047-5406 - www.senardf.org.br - senar@senardf.org.br

SENAR
Distrito Federal

Conselho Fiscal

PARECER

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
ADMINISTRAÇÃO – Administração Regional do Distrito Federal
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício de 2015 e Relatório de Gestão.

Analisando a documentação relativa à Gestão Administrativa do Exercício de 2015 e Relatório de Gestão desta Administração Regional, com base no que estabelece a Resolução CF/Nº 001/2015 do Conselho Fiscal da Administração Central, e tendo em vista que o trabalho executado atendeu as normas contábeis e demais legislações a que o SENAR está sujeito, emitimos parecer **FAVORÁVEL** à aprovação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Administração Regional do DF, referente ao Exercício de 2015. Conforme Ata lavrada nesta data.

Brasília-DF, 11 de abril de 2016.

CONSELHO FISCAL

Renato Calixto Saliba
Presidente

Kelvin Feliciano Feitosa Rodrigues
Conselheiro

Everaldo Firmino de Lima
Conselheiro

SENAR
Distrito Federal

Ata 52– SENAR-AR/DF
Ata Reunião do Conselho Administrativo
12/04/2016

Às catorze horas e trinta minutos, do dia 12 de abril de dois mil e dezesseis, na sede do Senar AR/DF, localizada no SEPS 709/908, bloco D, Setor de Edifícios Públicos Sul- Brasília-DF, CEP 70.390-089, nesta capital, teve início a reunião ordinária do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-Administração Regional do Distrito Federal (SENAR-AR/DF), com os seguintes membros: Srs. Renato Simplício Lopes (Presidente), Ivo Jacó de Souza (superintendente), Romilton José Machado, Henrique José Cruz Laender, Rosanne Curi Zarattini, Paulo Roberto Bonato (conselheiros), Simone Elias Machado (Gerente administrativa e financeira), para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1) Prestação de Contas do 3º quadrimestre e exercício de 2015; 2) Relatório de Gestão 2015; 3) Assuntos Gerais. O presidente do Conselho Administrativo, senhor Renato Simplício Lopes, dá início a reunião agradecendo a presença de todos. Na sequência, o presidente apresentou aos conselheiros o Parecer do Conselho Fiscal referente à aprovação da Prestação de Contas do terceiro quadrimestre, exercício de dois mil e quinze e Relatório de Gestão, em reunião realizada em 11 de abril de dois mil e quinze. Em seguida, os conselheiros procederam à assinatura do Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Ressalta-se que a conselheira Rosanne Curi Zarattini já entregou cópia da Declaração e o conselheiro Paulo Roberto Bonato vai apresentar cópia da Declaração em data oportuna. 1) Em seguida, o presidente passa a palavra ao Gerente Técnico Anderson Roberto Assunção Vieira para a apresentação das ações/atividades de FPR, PS realizadas e Programas Especiais, do 3º quadrimestre e exercício de 2015. Na sequência, convoca a Gerente Administrativa e Financeira, Simone Elias Machado, do SENAR DF, para apresentar o relatório de atividades do terceiro quadrimestre e exercício e Relatório de Gestão de 2015. Em seguida, passou-se à apresentação do setor de Arrecadação, pelo Assistente Técnico Marco Vinício Vieira Lima, com as atividades desenvolvidas no quadrimestre. Na sequência é feita a análise da prestação de contas referente ao terceiro quadrimestre de dois mil e quinze, com o apoio da gerente Administrativa e financeira, Simone Elias Machado, contendo: Notas Explicativas, Balancete Analítico, Movimento de Caixa, Conciliação Bancária, Extratos Bancários, Conciliação Bancária Convênios, Extratos Bancários, Inventário de Estoque, Inventário, Demonstração da Conta Imobilizado, Demonstrativo do Resultado, Enquadramento das Despesas, Ações Realizadas – BAR – Bônus de Arrecadação para as Administrações Regionais, Relatório de Atividades, Ações de Formação Profissional Rural Realizadas, Atividades de Promoção Social Realizadas, Programas Especiais Realizados, Outros Programas Realizados, Custo Direto das Ações de FPR, Custo Direto das Atividades de Promoção Social, Custo Direto dos Programas Especiais,

SENAR
Distrito Federal

Custo Direto de Outras Atividades, Custo Total das Ações de FPR, Custo Total das Atividades PS, Custo dos Treinamentos, Quadro Comparativo das Ações Programadas e Realizadas – FPR, Quadro Comparativo das Atividades Programadas e Realizadas – PS, Programas Especiais. Analisado e aprovado, conforme Parecer do Conselho Fiscal. Dando prosseguimento foram analisados os documentos constantes na Prestação de Contas do exercício de dois mil e quinze composta de: Demonstrativo de Receitas Exercício de 2015, Demonstrativo de Despesas Exercício de 2015, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Despesas do Exercício, Notas Explicativas, Balancete Analítico Exercício 2015 e Relatório de Gestão. Analisado e aprovado, conforme Parecer do Conselho Fiscal. Por solicitação do Conselho, a Regional se compromete a enviar o detalhamento dos custos de FPR/PS e Programas Especiais, para análise dos conselheiros. O Conselho sugere aplicar uma nova metodologia do rateio proporcional por ação/atividade do custo indireto. Ressaltou-se que a documentação da Prestação de Contas do terceiro quadrimestre e exercício de dois mil e quinze foi enviada, antecipadamente, para apreciação dos Conselheiros. 2) Dando prosseguimento foi analisado o Relatório de Gestão do Exercício de dois mil e quinze. Analisado e aprovado, conforme Parecer do Conselho Fiscal. Em seguida os presentes analisaram os documentos do Extra Contábil, contendo OF/CIRC/Nº 011/PRES/CF Senar Administração Central, Relatório de Análise Conselho Fiscal Senar Adm Central 2º Quad. 2015, Relatório dos Auditores Independentes, aprovada sem ressalvas. A seguir foi feita a leitura da Resolução AD-Referendum, que trata da transferência de verba orçamentária do SENAR Administração Central para a Administração Regional do Distrito Federal, no valor de R$ 172.294,44 (cento e setenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para a rubrica 0101 – Qualificação Profissional do Trabalhador – CÓD 8729 – Qualificação Profissional para Área Agropecuária e Agroindústria. Acatado. 3) A seguir foram discutidos Assuntos Gerais. ATeG (Assistência Técnica e Gerencial) Parceria com o Sebrae-DF para realização de 04 turmas a serem executadas no período de 12 meses, dentro da parceria a contrapartida do Senar-DF será de R$ 237.984,00 (duzentos e trinta e sete mil novecentos e oitenta e quatro reais), e do Sebrae – DF R$ 405.216,00 (quatrocentos e cinco mil duzentos e dezesseis reais). Nessa parceria, para atender 75 propriedades, estarão envolvidos na execução 04 técnicos, 02 supervisor e 01 coordenador, com consultoria de 1 vez ao mês, 04 horas por dia, sendo que a equipe será gerenciada pelo Senar-DF. Analisado e Aprovado. Para a realização da ATeG, foi proposto o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) a hora aula para o técnico que ministrará a assistência técnica. Analisado e Aprovado. A seguir foi tratado o item Aquisição da sala 311, no 3º andar e 01 vaga de garagem no segundo subsolo, de número 09 (nove). Em reunião anterior, este conselho já havia aprovado a compra da referida sala, devidamente registrado na Ata de número 48, de 09 de setembro de 2014, conforme laudo técnico de avaliação de número 9945-14, da Comissão de Valores Imobiliários do Distrito - CVI, onde aguardava regularização para a transferência de propriedade do imóvel, pelo Sindicato Rural do Distrito Federal. Porém, devido ao fato do

SENAR
Distrito Federal

empreendimento somente ter sido escriturado em 29/2/2016, foi feita uma nova avaliação, pela Comissão de Valores Imobiliários do Distrito – CVI, que apresentou o valor de R$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), conforme valor de mercado. O conselho acatou a compra da sala e vaga da garagem, pelo valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Nada mais havendo a relatar, a reunião foi encerrada às 17 horas.

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Renato Simplício Lopes
Presidente

Henrique José Cruz Laender

Paulo Roberto Bonato

Romilton José Machado

Rosanne Curi Zarattini

SENAR
Distrito Federal

Conselho Administrativo

PARECER

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
ADMINISTRAÇÃO – Administração Regional do Distrito Federal
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício de 2015 e Relatório de Gestão

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/DF em reunião realizada no dia doze de abril de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do SENAR-AR/DF, APROVA a Prestação de Contas referente ao Exercício de 2015 e Relatório de Gestão, conforme parecer do Conselho Fiscal.

Brasília-DF, 12 de abril de 2016.

Renato Simplício Lopes
Presidente

Paulo Roberto Bonato

Rosanne Curi Zarattini

Romilton José Machado

Henrique José Cruz Laender

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal
SEPS 709/908 Lote D – 3° Andar - CEP: 70390-089 - Brasília – DF
Fone/Fax: (61) 3047-5406 - www.senardf.org.br - senar@senardf.org.br